

**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



UNIDADE CARANGOLA

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
BACHARELADO EM SERVIÇO
SOCIAL**

CARANGOLA – MINAS GERAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE CARANGOLA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

(Período: Noturno / 40 vagas anuais/ Integralização Mínima: 4 anos

**CARANGOLA – MINAS GERAIS
OUTUBRO – 2015**

Estrutura Administrativa

Prof. Dijon Moraes Júnior
Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. José Eustáquio de Brito
Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.^a Cristiane Silva França
Pró-Reitora de Ensino

Prof.^a Giselle Hissa Safar
Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Terezinha Gontijo
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Adailton Vieira Pereira
Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Prof. Braz Antônio Pereira Cosenza
Diretor da Unidade Carangola

Ana Cláudia de Jesus Barreto
Coordenadora do curso de Serviço Social

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Prof^a Msc Adriana Pereira Bento

Prof^a Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Prof^a Msc Ana Cláudia de Jesus Barreto

Prof^a Msc Ana Luiza Avelar de Oliveira

Prof^a Msc Bianca Machado Concolato

Edimar Grossi (Representante dos discentes)

Prof^a Msc Isabela Costa da Silva

Prof^a Esp. Lucia Helena Correa

Prof^a Esp. Marina Queiroz Moreira

Prof^a Msc Susana Maria Maia

Prof^o Msc Victor Martins Lopes de Araújo

SUMÁRIO

1. Dados de identificação	7
2. Apresentação do Curso	8
3. Histórico da UEMG e Identidade institucional	12
3.1 Objetivos	14
3.2 Missão	14
3.3 Visão	14
3.4 Cursos oferecidos pela Unidade Carangola	15
4. Justificativa	18
5. Objetivos	22
5.1 Objetivo Geral	22
5.2 Objetivos Específicos	22
6. Princípios da Formação Profissional	23
7. Competências e Habilidades Profissionais	24
8. Perfil do egresso	25
9. Nova estrutura curricular	26
9.1 Conteúdos	26
9.2 Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.....	26
9.3 Matriz Curricular	27
9.3.1 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da vida social.....	29
9.3.2 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos da Formação sócio-histórica da sociedade brasileira	29
9.3.3 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional.....	30
9.3.4 Componentes curriculares optativos	30
9.4 Ordenamento curricular do curso de Serviço Social	31
10. Metodologia de ensino e aprendizagem	36
11. Sistema de avaliação da aprendizagem	39
11.1 Sistema de aprovação	39
11.2 Exigências para colação de grau	39
12. Sistema de avaliação do Projeto Pedagógico	41
13. Estágio Supervisionado em Serviço Social	43
13.1 Natureza das atividades	49
13.2 Objetivos	50
13.3 Princípios Norteadores	51
13.4 Avaliação	51
13.5 Coordenação de Estágio	52
14. Atividades Acadêmico-Científicos-Culturais.....	56
15. Trabalho de Conclusão de Curso	59
16. Unidade Ensino-Pesquisa-Extensão	60
16.1 Pesquisa	60
16.2 Extensão	62
16.3 Grupos temáticos, linhas de pesquisas e grupos de estudos	62
16.3.1 Grupos Temáticos	63
16.3.2 Funções dos Grupos Temáticos	64
16.3.3 Elementos que constituem os Grupos Temáticos.....	65
16.3.4 Linhas de Pesquisa e Grupos de Estudos.....	65
16.4 Monitoria	65
17. Corpo Docente	66

18. Administração Acadêmica do curso	66
18.1 Colegiado	66
18.2 Núcleo Docente Estruturante	67
19. Infraestrutura do curso	68
19.1 Biblioteca	68
19.2 Laboratório de informática	70
19.3 Polo presencial da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais	71
20. Instrumentos Normativos de Apoio	73
21. Bibliografia	74
22. Anexos – Ementário do Curso	75
23. Apêndices	139
24. Apêndice A – Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social	140
25. Apêndice B – Regulamento das Atividades-Acadêmicos-Culturais	150
26. Apêndice C – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	156
27. Apêndice D – Regulamento da Monitoria	164

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso	Graduação em Serviço Social
Modalidade oferecida	Bacharelado
Modalidade de Ensino	Presencial
Título Acadêmico Conferido	Bacharel em Serviço Social
Reconhecimento do Curso	Portaria nº 404, de 22/07/2014
Período de funcionamento do curso	4 anos
Regime de matrícula	Semestral com matrícula por disciplina
Sistemas de Créditos	1 crédito: 15 horas
Créditos totais para integralização do curso	200
Semanas letivas por semestre	18 semanas de 05 dias cada semana
Tempo de Duração	Mínimo de 8 semestres e Máximo de 14 semestres
Tempo de Integralização	08 anos (dezesesseis semestres)
Carga horária Total	3.000 horas/aula
Número de vagas oferecidas	40 vagas
Número de turmas	1 por ano
Turno de funcionamento	Noturno
Local de funcionamento	UEMG / Unidade Carangola
Formas de ingresso	<ol style="list-style-type: none"> 1 Vestibular 2 SISU 3 Transferências internas e de outras IES Nacionais 4 Obtenção de novo título de graduação (no caso de vagas)

2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Carangola, compreende o assistente social como um profissional que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho e analisa o Serviço Social com uma especialização do trabalho coletivo.

Estar atento às mudanças do mundo contemporâneo, nos tempos neoliberais que produziram profundas alterações nos processos de produção e da relação entre o Estado e a Sociedade, que através das reformas estruturais, produziram mudanças nas expressões da questão social, que para Yamamoto (2007, p. 262), é a base de fundação do Serviço Social e essas expressões requisitam respostas do profissional nos vários campos de trabalho junto à mulher, ao idoso, à criança, etc.

Para tanto, é necessário que a política de prática acadêmica expresse a articulação entre ensino teórico-prático, pesquisa e extensão, com a preocupação central do ensino da prática profissional e o estágio como componentes da formação profissional.

Dessa forma, o desafio do presente PPC é formar e qualificar assistentes sociais que sejam capazes de uma leitura crítica da realidade e de analisar os processos sociais que engendram as expressões da questão social, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão para que estejam habilitados a elaborar, implementar e a avaliar as políticas sociais e que sejam capazes de organizar e mobilizar a sociedade civil, a fim de contribuir para a construção da cidadania e da democracia na sociedade brasileira, evitando uma prática profissional reiterativa e reprodutora das relações sociais de exploração e submissão, haja vista, que em tempos neoliberais e de capital financeiro¹ requisitam-se profissionais sintonizados com o seu tempo que sejam criativos e propositivos frente aos desafios que no seu cotidiano profissional são requisitados para intervir e que busquem constantemente capacitação técnico-instrumental que os qualifique e desenvolvam pesquisas na sua área de atuação para produção do conhecimento da realidade com vistas a propor alternativas de intervenção social.

¹ Harvey (2008); Arrighi (1996); Chesnais (1996); Behring (2007; 2008), dentre outros.

Mediante o exposto, este PPC se propõe a estimular o aluno de graduação nesta perspectiva, afim de que os novos assistentes sociais tenham capacidade interventiva e propositiva no seu campo de atuação e não sejam apenas repassadores de benefícios sociais ou assistenciais, mas que contribuam para a construção de uma sociedade igualitária e sem exploração de classe.

Acredita-se que a elaboração de um Projeto Pedagógico é uma proposta de trabalho assumida coletivamente, como um processo democrático e de construção/revisão contínuas. E, por isso, a construção deste instrumento pedagógico deu-se de forma coletiva, através de debates com os professores que ministram aulas no curso de Serviço Social- Unidade Carangola, representante do corpo discente e representante da comunidade acadêmica externa.

De conhecimento, portanto, de todos os envolvidos no processo educacional, este projeto representa a visão que a comunidade acadêmica da Unidade Carangola tem acerca do curso de Serviço Social como, também, representa os compromissos assumidos com os alunos e a sociedade, de modo geral, quanto ao oferecimento de uma educação de ensino superior gratuita e de qualidade para todos.

O presente PPC apóia-se e se organiza nos termos e legislações abaixo citadas:

Legislação Institucional: UEMG

- ❖ UEMG. Estatuto e Regimento da Universidade do Estado de Minas Gerais. 2004.
- ❖ UEMG. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2015-2024.
- ❖ RESOLUÇÃO COEPE/UEMG No 132/2013 –Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula.
- ❖ Resolução COEPE/UEMG No 66/2008 - Estabelece as normas gerais para Cumprimento de disciplinas em regime de dependência nas Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG.

Legislação do Ministério da Educação

- ❖ Decreto N^o 5626 – Regulamenta a Lei N^o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras, e o art. 18 da Lei N^o10.098 de 19 de dezembro de 2000.

Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais:

- ❖ Resolução 459, de 10 de dezembro de 2013 – Consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.

Legislação do Conselho Nacional de Educação:

- ❖ Resolução CNE/CP N^o 01/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ❖ Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002– Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.
- ❖ Resolução CNE/CP 02 de 18 de junho de 2007 – Institui a duração e a carga horária dos cursos graduação, bacharelado na modalidade presencial.
- ❖ Resolução CNE nº 02 de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- ❖ Resolução CNE nº 1 de 30 de maio de 2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Legislação referente à profissão de Serviço Social:

- ❖ Lei nº. 8662 de 07 de junho de 1993 – Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social.
- ❖ Resolução CFESS 273/93 de 13 de março de 1993 – Institui o Código de ética profissional dos Assistentes Sociais.

- ❖ Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão Direta de estágio em Serviço Social.
- ❖ Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social – Resolução CNE/CES 15, de 13 de Março de 2002, homologada pelo Ministério da Educação – MEC.

3. HISTÓRICO DA UEMG E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG foi criada pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989 e teve sua estrutura definida pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994, seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995 e seu reconhecimento, pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

A concepção que fundamentou a criação da UEMG foi a de que era necessário construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as fundações educacionais precisavam ter seu papel redefinido dentro da estrutura educacional do Estado, pois naquela conjuntura a situação jurídica dessas, era complexa e muitas delas funcionavam de forma precária. Sentiu-se, então, a necessidade de se reorganizar o sistema estadual de educação superior mineiro, na perspectiva de integrar as instituições de educação superior da Capital às IES das várias regiões do Estado.

Partiu-se do princípio de que a administração das instituições seria facilitada, se cada uma delas atendesse às demandas de sua região e, ao mesmo tempo, trabalhasse em colaboração com as outras e com a sede, de maneira a construir uma rede de ensino que oferecesse cursos em todas as áreas do conhecimento e abrangesse todo o Estado. Dessa forma, seriam observados os princípios de cooperação, regionalização e a interiorização do ensino superior no Estado tornar-se-ia mais completa e eficiente.

Nessa perspectiva, surgiram as primeiras tentativas de consolidação de uma universidade estadual norteada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, constituída por fundações educacionais. A criação dessas IES deveria ocorrer a partir da reorganização da situação das fundações educacionais já existentes, valendo-se para tal de quatro caminhos:

1º - transformar fundação em universidade, sob a forma de autarquia;

2º - absorver, como unidades da UEMG, os cursos mantidos pelas fundações que se manifestassem favoravelmente a essa proposta, o que resultaria na extinção dessas entidades;

3º - transformar em fundações públicas as fundações que não optassem, no prazo previsto, por nenhuma das alternativas outorgadas; e

4º - instalar, como unidades da UEMG, todas as IES já criadas ou autorizadas por lei ainda não instaladas, evitando-se, assim, que o problema persistisse futuramente.

Como primeiro passo, procedeu-se à incorporação de fundações públicas com sede na Capital, que, à época, ofereciam basicamente o ensino de graduação. O campus de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado: Escola Guignard, Escola de “Design”, Escola de Música e Faculdade de Educação, consoante à Lei nº 11.539, de 1994. As mantenedoras das três primeiras IES foram extintas em 1995 pelo Decreto nº 36.639, de 10/1/95, transferindo-se também para os quadros da UEMG o pessoal docente e administrativo das entidades incorporadas.

Pela Lei nº 20.807 de 26 de julho de 2013 que “Dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG”, foi feita a absorção das Fundações de Diamantina; Passos; Ituiutaba; Campanha; Divinópolis; Fundação Helena Antipoff e Carangola. Através da Reitoria das unidades do Campus BH e das unidades do interior, a UEMG atua de forma integrada com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições a ela vinculadas, estabelecendo relações com a comunidade científica e órgãos de fomento à pesquisa.

Com a absorção das fundações associadas, a UEMG, atualmente, oferece 112 cursos, os quais contemplam 15 mil alunos, e 1.800 professores, contribuindo desta forma para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no Estado e para maior integração e desenvolvimento das regiões.

As Unidades da UEMG se constituem, não apenas, como alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como política de

desenvolvimento regional. Assim, a Universidade se configura, ao mesmo tempo, universal e regional.

3.1 Objetivos

Sem renunciar ao universalismo das ideias, a Universidade do Estado de Minas Gerais volta-se prioritariamente para o conhecimento e a transformação da realidade mineira. Ocupando uma posição singular no cenário brasileiro, como um território de passagem entre o Sul/Sudeste e o Nordeste, desde o ciclo do ouro, Minas Gerais tornou-se lugar de encontro nacional. Assim, a UEMG tem como seus objetivos mais gerais:

- a) Trabalhar intensamente na capacitação de professores nas diversas áreas de conhecimento dos cursos que são oferecidos por suas unidades acadêmicas;
- b) Orientar a criação de cursos e a definição de linhas de pesquisa em áreas que respondam às vocações regionais;
- c) Adotar sistemas acadêmicos de seleção e de preparação de alunos que permitam, igualmente, aos segmentos mais carentes da sociedade, o acesso ao ensino superior e o preparo para exercerem papel de relevância no desenvolvimento socioeconômico de suas regiões.

3.2. Missão

A UEMG tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado.

3.3. Visão

Ser referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas, demandas e vocações regionais do Estado.

3.4 Cursos oferecidos pela Unidade Carangola

A Universidade do Estado de Minas Gerais oferece à comunidade local e da região os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Turismo e Sistema da Informação.

O Quadro 1 apresenta informações sobre os cursos da Unidade da UEMG em Carangola e a Figura 1 apresenta dados sobre o processo seletivo e ingressantes do curso de Bacharelado em Serviço Social da UEMG – Carangola. Vale ressaltar que, entre 2008 (ano de início do curso) até novembro de 2013 ainda era FAVALE², as mensalidades eram pagas, com valores altos, o que justifica uma queda na demanda de inscritos nos vestibulares entre 2011 a 2013. Quando houve a estadualização da FAVALE em dezembro de 2013, ocorre o crescimento da demanda em 100%. Isso demonstra que o curso tem um grande potencial e que o ingresso na Universidade pública é uma oportunidade para os interessados. Acreditamos que o investimento em propaganda e divulgação do vestibular de uma forma ampla e maciça tenderá a melhorar o crescimento da demanda. Pois nota-se que ainda há um desconhecimento da população da cidade de Carangola e região sobre a natureza pública e gratuita da Unidade Acadêmica de Carangola.

² Antes da estadualização a Unidade Acadêmica se intitulava Fundação Vale do Carangola..

Quadro 1: Dados dos cursos oferecidos pela UEMG – Unidade Carangola.

CURSOS	Serviço Social	Administração	Ciências Biológicas	Geografia	História	Letras	Matemática	Pedagogia	Sistema de Informação	Turismo
<i>Titulação</i>	Bacharel em Serviço Social	Bacharel em Administração	Licenciado em Ciências Biológicas	Licenciado em Geografia	Licenciado em História	Licenciado em Letras	Licenciado em Matemática	Licenciado em Pedagogia	Bacharel em Sistema de Informação	Bacharel em Turismo
<i>Modalidade</i>	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
<i>Número de alunos por turma</i>	50	45	50	45	45	45	45	45	40	45
<i>Número de turmas em andamento</i>	5	4	4	1	2	1	3	4	1	1
<i>Relação candidatos/vaga do último processo seletivo</i>	1,7	5,6	4,6	1,6	2,8	2,4	2,7	6,7	5,0	1,0
<i>Turno de funcionamento</i>	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno
Reconhecimento do curso	Portaria nº 404, de 22/07/2014.	Portaria nº 274, de 14/12/2012.	Decreto nº 286, de 21/12/2012.	Decreto de 07/11/2005.	Decreto de 29 de Julho 2008.	Portaria nº 286, de 21/12/2012.	Decreto de 22 de maio de 2007.	Decreto de 14 de julho de 2005.	Portaria nº 283, de 22/07/2011.	Portaria nº 270, de 19/07/2011.

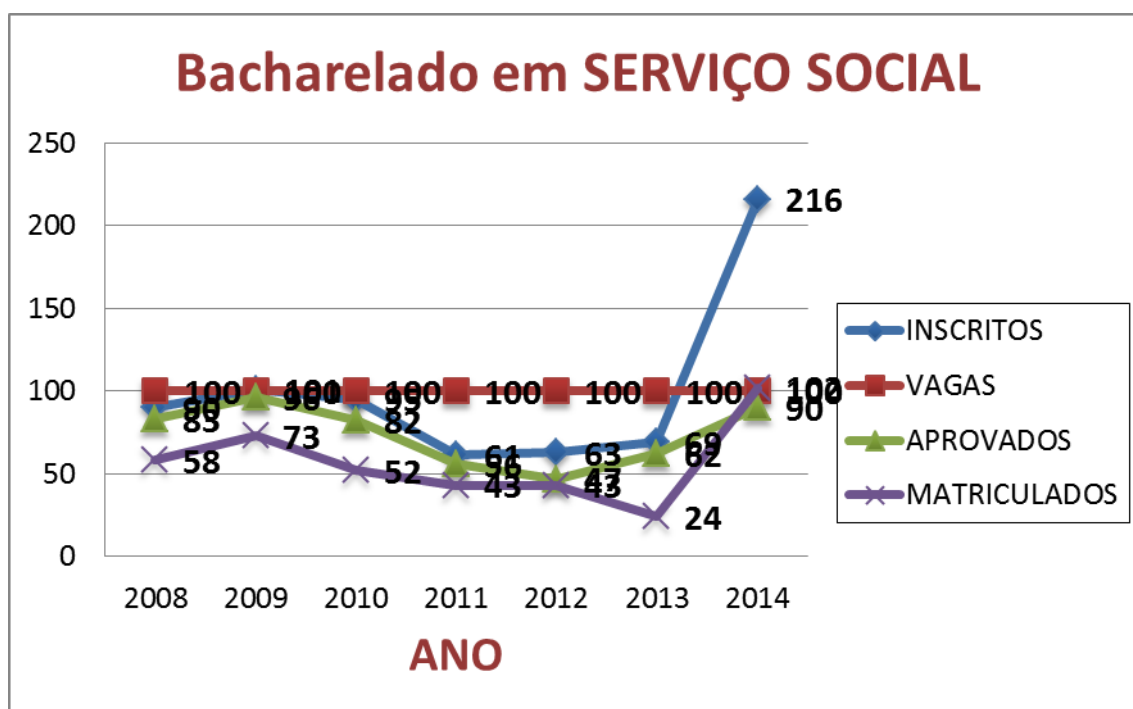


Figura 1: Histórico do número de inscritos, vagas, aprovados e matriculados no processo seletivo do curso de Serviço Social da UEMG – Carangola, entre os anos de 2008 e 2014.

4. JUSTIFICATIVA

O curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, implantado em 2008, para atender à demanda apresentada pela sociedade, com o propósito de consolidar importantes estratégias no enfrentamento das expressões da questão social, no município da Carangola e região, que possuem características particulares, na formação histórica, política, econômica e social marcadas por uma colonização agropecuária, fundada principalmente pela cultura cafeeira.

A atual situação social, econômica e política da cidade de Carangola, assim como das demais cidades brasileiras, apresenta alto índice de desigualdades sociais. De acordo com o apontado no Atlas da exclusão social no Brasil, a cidade de Carangola se encontra em 1.238º lugar no *ranking* de exclusão social. Está localizada na Zona da Mata mineira, possui cerca de 32 mil habitantes e tem como principais atividades econômicas o comércio, serviços e, sobretudo, as atividades agropecuárias. Na área de saúde, é considerada cidade pólo de uma micro região de 12 municípios da Gerência Regional de Saúde de Manhumirim.

É possível dizer, ainda, que a cidade de Carangola posiciona-se como um referencial de polarização no que diz respeito à educação. Esta posição, iniciou sua consolidação a partir do ano de 1972 com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, com seus cursos de licenciaturas.

Geograficamente Carangola, está localizada num raio de 100 km das cidades apresentadas no Quadro 2, cuja população totaliza 367.516 habitantes.

Quadro 2
População da Região Geoeducacional

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Alto Caparaó	5.268
Alto Jequitibá	8.305
Caiana	4.957
Caparaó	5.209
Carangola	32.293
Divino	18.895
Durandé	7.353
Espera Feliz	22.856
Faria Lemos	3.335
Fervedouro	10.351
Manhuaçu	79.250
Manhumirim	21.251
Miradouro	10.251
Muriaé	99.949
Orizânia	7.284
Pedra Dourada	2.179
São Francisco do Glória	5.071
São João do Manhuaçu	10.245
Tombos	9.542
Vieiras	3.672
TOTAL	367.516

FONTE: IBGE, Censo 2010.

O número de alunos que cursam o Ensino Médio nessas cidades gira em torno de 16 mil estudantes. A maioria desses estudantes é oriundo de famílias com renda entre dois e cinco salários mínimos, tal renda é insuficiente para custear os gastos mensais da família e pagar mensalidades de um curso de ensino superior em instituição privada.

É preciso destacar que a ampliação das ofertas educativas tem como efeito a produção de novas aspirações educacionais, o que pode ampliar as chances objetivas de que os jovens façam investimentos nos seus percursos educacionais, tenham maiores oportunidades para cursar a educação superior, assim como proporcionar melhorias na qualidade do atendimento à população, além de ampliar os serviços sócio-assistenciais em Carangola e região.

A efetivação do curso de Serviço Social na Unidade Carangola encontra-se respalda na demanda por desenvolvimento econômico e social da população da região que reivindica o aprimoramento e a qualificação dos serviços que se inter-relacionam diretamente com o Serviço Social, bem como no que se refere às potencialidades que apresenta a região para a implementação de importantes políticas públicas e no campo dos movimentos sociais.

Nesse sentido, e por saber que a qualificação na área de Serviço Social é hoje um dos requisitos imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da população empobrecida, a UEMG - Unidade Carangola, além de cumprir com seus objetivos sociais, está contribuindo com o desenvolvimento municipal, regional, estadual e nacional.

A implantação do curso de Serviço Social, em setembro de 2008, até o presente momento está favorecendo o fortalecimento e a valorização da profissão de assistente social na cidade e região de abrangência, significando, ainda, uma possibilidade de qualificação para os assistentes sociais formados que, através dos eventos promovidos pelo curso de Serviço Social, atualizam seus saberes, qualificando sua prática profissional e, concomitantemente partilham conhecimentos com os alunos, através da oferta de estágios em seus locais de trabalho, proporcionando uma formação profissional embasada nos princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-

operativos, com conteúdos sintonizados com o projeto ético-político da profissão, embasados no valor central, que é a liberdade e princípios valorativos como a igualdade e justiça social. Dessa forma, o PPC está de acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme Resolução Nº. 15, de 13 de março de 2002. Encontra-se também em consonância com a lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Nº. 8.662, de 07 de junho de 1993 e com o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

A proposta do curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola é formar profissionais com capacidade crítica para analisar a complexidade da realidade brasileira, com suas particularidades sócio-históricas, a partir do conhecimento teórico e ensino da prática para embasar e fundamentar as intervenções nos diversos espaços sócio-ocupacionais do assistente social para atender às demandas dos sujeitos que vivenciam no cotidiano as expressões da questão social seja no “trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública” (IAMAMOTO, 2007, p. 28) para embasar e fundamentar intervenções no enfrentamento das manifestações da questão social, que ainda caracteriza a sociedade brasileira como uma das mais excludentes do mundo. Conforme afirma IAMAMOTO (2007, p.28):

Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. (IAMAMOTO, 2007, p, 28).

A partir do exposto, o PPC norteia suas ações com base em aspirações coletivas, objetivando a contribuição na formação profissional, pessoal, com foco nas expressões da questão social e suas formas de enfrentamento por meio das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que permeiam uma formação

acadêmico-profissional ao demarcar seu campo de atuação no que se refere às demandas tradicionais e emergentes.

5. OBJETIVOS

Os objetivos do curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola se baseiam nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 08 de novembro de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, Resolução nº15 de 13 de março de 2002.

5.1 Objetivo geral

- Formar profissionais qualificados para o planejamento, formulação, implantação, gestão, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas, programas e projetos sociais, considerando a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

5.2 Objetivos específicos

- Formar profissionais capacitados para o desvelamento da realidade social, por meio da leitura crítica das expressões da questão social;
- Formar profissionais capazes de estabelecer estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social de forma criativa e propositiva;
- Formar profissionais capacitados para a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o fortalecimento da Democracia e a ampliação do acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e civis da sociedade brasileira;
- Formar profissionais comprometidos com o rigor teórico-metodológico, com o projeto ético-político e com o Código de Ética do Assistente Social.

6. PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com base nas novas diretrizes curriculares, definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foram destacados os seguintes princípios da formação profissional:

- Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares- tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Esses elementos se encontram nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, que estão em consonância com as determinações da Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;

- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

8. PERFIL DO EGRESSO

Tendo em vista os princípios da formação profissional, pretende-se que o bacharel em Serviço Social formado pela UEMG- Unidade Carangola, seja um profissional:

- Que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.
- Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

9. NOVA ESTRUTURA CURRICULAR

9.1 Conteúdos

A nova proposta curricular do Curso de Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Carangola sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Conforme as orientações da Lei de Diretrizes da Educação (LDB) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social que foram recomendadas pelo CNE/CES e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Esses três núcleos são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram, por sua vez em áreas de conhecimento, que constituem uma unidade de conteúdos na formação profissional.

9.2 Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

Os núcleos de fundamentação da formação profissional congregam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam nos diversos componentes curriculares, considerados no projeto pedagógico como áreas de conhecimento necessário à formação profissional. Esses componentes se materializam sob a forma de disciplinas, oficinas e laboratórios, atividades complementares: iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, entre outras. Os núcleos de fundamentação são:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social:** Compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e éticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes para a

compreensão da sociedade burguesa em seu movimento contraditório. Reafirma-se o trabalho como eixo central na constituição do ser social.

- **Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:** Remete à compreensão da sociedade brasileira na configuração dependente urbano industrial, nas diversidades regionais e locais. Compreende ainda o significado do Serviço Social no conjunto das relações entre as classes e o Estado, abrangendo a dinâmica institucional na esfera estatal e privada.
- **Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional:** Compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas, legalmente estabelecidas.

9.3 Matriz Curricular

Com base no princípio de flexibilização presente nas Diretrizes Curriculares, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social oferece um menor número possível de disciplinas com pré-requisitos na nova estrutura curricular, orientando pedagogicamente o discente no momento da escolha das disciplinas para cumprimento em determinado período. A flexibilidade na organização curricular também pode ser identificada na diversidade dos componentes curriculares, além do mais a oferta de disciplinas da matriz curricular do curso utiliza a modalidade semi-presencial, respeitados os princípios e limites estabelecidos pela Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Vale ressaltar que todo corpo docente do curso de Serviço Social incentiva aos discentes a utilização de meios tecnológicos, visando assim contribuir para o desenvolvimento de sua formação, pensando maneiras de garantir atividades extra-classes que contribuam para a formação e sua futura prática profissional. Assim, não deixando de registrar a importância da era da informação e da comunicação.

A proposta de currículo pleno, apresentada neste projeto, estrutura-se da seguinte maneira: componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares eletivos, optativos, oficinas e laboratório. Os componentes curriculares obrigatórios congregam os conteúdos básicos e imprescindíveis à formação profissional. Os componentes curriculares eletivos podem ser cursados à livre escolha do discente em outra IES ou na própria Unidade Acadêmica em outros cursos. Já os componentes curriculares optativos serão oferecidos pelo próprio curso de Serviço Social. Esses componentes aprofundam os conteúdos específicos ministrados no decorrer do desenvolvimento do curso.

As oficinas possibilitam desenvolver a atitude investigativa e o aprendizado de habilidades técnico-instrumentais e as disciplinas de laboratório³ tem o propósito de aprofundar os conhecimentos teórico-práticos, estimular o aluno a refletir sobre a realidade concreta e experimentada pela população demandante das políticas sociais para posterior intervenção; outro aspecto é o aprofundamento em outras áreas do saber profissional e nas questões que perpassam o cotidiano do trabalho profissional.

Ressaltamos que há uma exigência de pré-requisito para cursar as disciplinas de laboratório, pois para que o aluno entenda e administre bem os seus conteúdos é necessário um embasamento anterior, que será fornecido pelas disciplinas Políticas Sociais e Serviço Social I e Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional.

A atividade curricular obrigatória de Estágio Supervisionado em Serviço Social possibilita o exercício da relação teoria x prática a partir da inserção do aluno em espaços sócio-ocupacionais sob a supervisão de um profissional de Serviço Social. Convém destacar que, associado a este componente, está um conjunto de conteúdos que, de forma antecipada e concomitantemente, fundamentam e instrumentalizam teórica e metodologicamente a inserção do aluno na experiência do estágio.

Deve-se destacar que esta atividade curricular e os demais componentes a ela associados, nos quatro anos, compõem o núcleo da atividade profissional. O Estágio Supervisionado em Serviço Social prevê uma carga horária de 432h/a, devendo ser cumpridas 144h/a a cada semestre, no 6º, 7º e 8º semestres, sendo 10 horas semanais

³ As oficinas e os laboratórios são componentes curriculares obrigatórios como espaço de construção do saber. Tais espaços compreendem um momento da formação teórico-prática que oportunizará ao aluno esta articulação, seja através de vivências, seja através da reflexão sobre a realidade concreta experimentada pela população - objeto de atendimento do Serviço Social.

dedicadas às atividades de campo, 02 horas para seminário de socialização de todas as práticas desenvolvidas pelos discentes e 02 horas semanais referentes a atividades de supervisão acadêmica, correspondendo ao total de 14 horas semanais.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se ao Processo de investigação e sistematização de conhecimentos referentes às experiências de estágio ou ao exercício de pesquisa desenvolvida ao longo do processo de formação profissional e está normatizada, conforme regulamentação anexa.

9.3.1 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social

Introdução ao Serviço Social (36h)

Filosofia (72h)

Sociologia (72h)

Teoria Política (72h)

Psicologia Social (72h)

Antropologia Social (72h)

Pensamento Social I (72h)

Pensamento Social II (72h)

Trabalho e sociabilidade (72h)

Direitos Humanos (72h)

9.3.2 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Formação Sócio-Histórica do Brasil (72h)

Legislação Social aplicada ao Serviço Social (36h)

Questão Social e Particularidades Regionais (72h)

Estado, Classes e Movimentos Sociais I (72h)

Estado, Classes e Movimentos Sociais II (72h)

Política Social e Serviço Social I (72h)

Política Social e Serviço Social II(72h)

Política Social e Serviço Social III (72h)

História do negro e a questão racial no Brasil (72h)

Laboratório de Políticas Sociais Especiais (36h)

9.3.3 Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional

Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social I (72h)

Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social II (72h)

Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social III (72h)

Oficina de Pesquisa e Serviço Social I (72h)

Oficina de Pesquisa e Serviço Social II (72h)

Ética e Serviço Social (72h)

Serviço Social e Processo de Trabalho (72h)

Estágio Supervisionado em Serviço Social I (144h)

Estágio Supervisionado em Serviço Social II (144h)

Estágio Supervisionado em Serviço Social III (144h)

Orientação e Treinamento Profissional I (72h)

Orientação e Treinamento Profissional II (72h)

Orientação e Treinamento Profissional III (72h)

Análise Institucional (72h)

Planejamento em Serviço Social (72h)

Orientação de TCC I (72h)

Orientação de TCC II (72h)

Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional (72h)

Estatística (36h)

Introdução ao Trabalho Científico no Serviço Social (72h)

Laboratório de Intervenção profissional (72h)

Oficina de prática profissional I (36h)

Oficina de prática profissional II (36h)

Português instrumental (72h)

9.3.4 Componentes curriculares optativos

Terceiro Setor e Serviço Social

Serviço Social, Família e Gênero

Crise do Capital
 Religião e Capitalismo
 Pensamento de Marx
 Participação social e democracia participativa
 Pobreza e Cidadania
 Território e Política Nacional de Assistência Social
 Serviço Social e Meio Ambiente
 Trabalho e identidade profissional
 Instrumentalidade do Serviço Social
 Tópicos Especiais em Serviço Social
 Libras
 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
 Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas

9.4 Ordenamento Curricular do Curso de Serviço Social

1º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
ISS	Introdução ao Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
OPP 1	Oficina de Prática Profissional I	OB		18	18	36	30	2
FSHB	Formação sócio-histórica do Brasil	OB		72	-	72	60	4
FIL	Filosofia	OB		72	-	72	60	4
SOC	Sociologia	OB		72	-	72	60	4
PORT	Português Instrumental	OB		72	-	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente curricular								
ACCC 1	Atividades Acadêmico-científico-culturais I	OB		-	18	18	15	1
Total						378	315	21

2º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTMSS 1	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS I	OB		72	-	72	60	4
OPP 2	Oficina de Prática Profissional II	OB		18	18	36	30	2
TP	Teoria Política	OB		72	-	72	60	4
ITCSS	Introdução ao trabalho científico no Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
LSASS	Legislação Social aplicada ao Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
ANT	Antropologia Social	OB		72	-	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente Curricular								
ACCC 2	Atividades Acadêmico-científico-culturais II	OB		-	18	18	15	1
	Eletiva3	EL		72	-	72	60	4
Total						450	375	25

3º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTSS 2	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS II	OB	FTSS1	72	-	72	60	4
PS 1	Pensamento Social I	OB	TP	72	-	72	60	4
PSIC	Psicologia Social	OB		72	-	72	60	4
QSPR	Questão Social e particularidades regionais	OB		72	-	72	60	4
OPSS 1	Oficina de Pesquisa em Serviço Social I	OB	ITCSS	72	-	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente Curricular								
ACCC 3	Atividades Acadêmico-científico-culturais III	OB		-	18	18	15	1
	Eletiva 1	EL		36	-	36	30	2
Total						414	345	23

4º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTMSS 3	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS III	OB	FTMSS2	72	-	72	60	4
TS	Trabalho e Sociabilidade	OB	PS1	72	-	72	60	4
ECMS 1	Estado, Classes e Movimentos Sociais I	OB		72	-	72	60	4
PSSS 1	Política Social e Serviço Social I	OB		72	-	72	60	4
OPSS 2	Oficina de Pesquisa em Serviço Social II	OB	OPSS1	-	72	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente Curricular								
ACCC 4	Atividades Acadêmico-científico-culturais IV	OB		-	18	18	15	1
	Eletiva 2	EL		36	-	36	30	2
	Optativa 2	OP		36	-	36	30	2
Total						450	375	25

5º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
ESS	Ética e Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
SSPT	Serviço Social e Processo de Trabalho	OB		50	22	72	60	4
ECMS 2	Estado, Classes e Movimentos Sociais II	OB		72	-	72	60	4
PSSS 2	Política Social e Serviço Social II	OB	ECMS 1	72	-	72	60	4
ITIP	Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional	OB		72	-	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente Curricular								
ACCC 5	Atividades Acadêmico-científico-culturais V	OB		-	18	18	15	1
	Optativa3	OP		72	-	72	60	4
Total						450	375	25

6º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP 1	Orientação e Treinamento Profissional I	OB	ESS/SSPT	72	-	72	60	4
EST	Estatística	OB		36	-	36	30	2
PSSS 3	Política Social e Serviço Social III	OB	PSSS1	72	-	72	60	4
LIP	Laboratório de intervenção profissional ⁴	OB	ITIP	-	72	72	60	4
AI	Análise Institucional	OB		48	24	72	60	4
Subtotal						324	270	18
Componente Curricular								
ACCC 5	Atividades Acadêmico-científico-culturais V	OB		-	18	18	15	1
ESSS 1	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	OB	ESS/ SSPT	-	144	144	120	8
	Optativa1	OP		36	-	36	30	2
Total						522	435	29

7º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP2	Orientação e Treinamento Profissional II	OB	OTP 1	72	-	72	60	4
PSS	Planejamento em Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
DH	Direitos Humanos	OB		72	-	72	60	4
PS2	Pensamento Social II	OB		72	-	72	60	4
TCC1	Trabalho de Conclusão de Curso I	OB	ESSS 1/OPSS 2	72	-	72	60	4
Subtotal						360	300	20
Componente Curricular								
ACCC 5	Atividades Acadêmico-científico-culturais V	OB		-	18	18	15	1
ESSS1	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	OB	ESSS 1	-	144	144	120	8
Total						522	435	29

⁴ Para cursar essa disciplina o aluno terá que cursar anteriormente a disciplina Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional que dará a base (recursos teóricos) para o aluno poder vivenciar (praticar) no laboratório os instrumentos e técnicas que são utilizados na prática profissional do Assistente Social, concomitantemente o aluno estará iniciando o estágio supervisionado.

8º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP 3	Orientação e Treinamento Profissional III	OB	OTP 2	72	-	72	60	4
HNQRB	História do negro e a questão racial no Brasil	OB		72	-	72	60	4
LPSE 1	Laboratório de Políticas Sociais Especiais	OB	PSSS 1	-	36	36	30	2
TCC 2	Trabalho de Conclusão de Curso II	OB	TCC 1	72	-	72	60	4
Subtotal						252	210	14
Componente Curricular								
ACCC 5	Atividades Acadêmico-científico-culturais V	OB		-	18	18	15	1
ESSS 3	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	OB	ESSS 2		144	144	120	8
Total						414	345	23

Síntese da Matriz Curricular

Serviço Social - Carangola Distribuição da carga horária	Horas	Créditos (referencial 15)
Conteúdos curriculares obrigatórios	2280 h	152
Disciplinas optativas	120	8
Disciplinas eletivas	120	8
Atividades acadêmico-científico culturais	120	8
Estágio Supervisionado	360	24
Total de carga horária / créditos	3000	200

10. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Curso de Serviço Social privilegia a interação dialógica como base teórica das relações de ensino-aprendizagem. Nessa concepção, os participantes do processo não fazem somente expressar um pensamento, ou transmitir uma informação, mas trabalham simultaneamente com seus interlocutores.

Sabe-se que é por meio da linguagem que o homem decodifica a realidade e nela intervém, quer seja transformando-a quer seja ratificando-a. Nessa perspectiva, entende-se que a proposta metodológica do projeto pedagógico reflita essa concepção.

Assim, durante todo o desenvolvimento do curso, espera-se superar a passividade que tende a dominar a sala de aula numa perspectiva tradicional e buscar nas atividades, estratégias de ensino e atitude docente, uma concepção educativa progressista, pautada na interação, na mediação e, principalmente, na aprendizagem como elemento sustentador da relação professor-aluno. O aluno deverá compreender o contexto sócio-histórico em que está inserido, para fazer parte da construção teórica que fundamentará sua formação profissional. Desse modo, ele poderá se apresentar com competência própria, realizando-se como sujeito ativo, crítico e participativo.

Não caberia mais ao aluno acumular passivamente as informações dos conteúdos, mas de forma crítica e postura intelectual madura, articular novos conhecimentos a conhecimentos prévios, dando saltos qualitativos nos seus esquemas cognitivos e afetivos da inteligência.

Diversificadas metodologias podem ser utilizadas a partir deste princípio, bem como diferentes recursos de ensino. Como exemplos: o uso de técnicas diversificadas de leitura e produção de textos, técnicas de ensino, dinâmicas de grupo, trabalhos em grupo diversificados. Como recursos de ensino, o uso de TV, vídeo, DVD, data show, laboratório de informática, quadro de giz, videoconferência, livros, textos, cartazes, entre outros.

A aprendizagem, nesse processo de formação integral, deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral traduzido pela ação-reflexão-ação que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas de ensino.

Ao se considerar a realidade humana e social atual, caracterizada pelo avanço tecnológico e a informação instantânea, pela globalização e pela abordagem da concepção dialética de educação, será levada em conta, na metodologia do curso, a relação dialética entre teoria - prática – teoria, contemplando, ao longo do curso:

- a) a inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania;
- b) em “um fazer” sustentado por um “dizer” e vice-versa;
- c) um modelo interdisciplinar com integração dos conteúdos teóricos e práticos, através da observação e intervenção na realidade. Utilização de práticas e de recursos de ensino que estimulem maior envolvimento dos alunos e professores com o objetivo de estudo.
- d) a utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração dos conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- e) a busca de um novo paradigma de intervenção pedagógica fundamentado na perspectiva da educação continuada; do registro das ações docentes, da pesquisa, da inventividade, da compreensão da dimensão social e da formação do ser humano para o exercício da cidadania.

No Curso de Serviço Social, o aluno deve desenvolver habilidades para analisar, descrever e explicar os fenômenos de estudo não só de forma empírica, mas também com competência teórica e reflexão crítica, com fundamentação teórica e metodológica.

A construção de uma postura crítico-reflexiva, pelo aluno, acerca das discussões atuais do mundo contemporâneo, também é primordial nessa nova organização curricular.

Na presente proposta, o exercício de elaboração do pensamento, que conduzirá a uma construção permanente de criticidade acerca do mundo social, deverá perpassar todos os conteúdos a serem discutidos, como ponto de partida e de chegada. Sempre provisórios em relação à dinâmica do processo de desenvolvimento humano.

Salientamos também a necessidade de indissociabilidade entre teoria e prática. Entendemos que aprender envolve diferentes níveis de organização da inteligência e o nível teórico é apenas um deles.

Acreditamos, ainda, que dar equilíbrio a estas questões teórico-práticas, é importante no sentido de possibilitar a passagem de um nível de aprendizado mecanicamente treinado para um nível de aprendizagem que se incorpora ao fazer, ao pensar, ao agir, ao intervir, enfim, à essência humana.

A UEMG outorgará o grau de Bacharel em Serviço Social ao discente que cumprir todas as exigências do curso, a saber:

- Aprovação em todas as disciplinas da matriz curricular;
- Concretização dos relatórios de estágios supervisionados obrigatórios;
- Cumprimento das 144 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais;
- Cumprimento das disciplinas optativas e eletivas;
- Aprovação no seu Trabalho de Conclusão de Curso mediante defesa pública.
- Participação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Carangola entende a avaliação como um processo de autocrítica e realinhamento de suas diretrizes pedagógicas. Dessa forma, considera-se como dos aspectos fundamentais da proposta em pauta o acompanhamento avaliativo sistemático das atividades acadêmicas.

De acordo com essa perspectiva, o curso será avaliado segundo as normas da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UEMG, baseada em princípios democráticos e de valorização da auto-avaliação contínua, sistemática e com horizonte no planejamento. Tomará como indicativos: avaliação do desempenho da coordenação, do docente, do discente, além das condições e processos do curso, envolvendo os seguintes aspectos: perfil profissional; interdisciplinaridade; enfoques e organização curricular; estágio curricular; aspectos infra-estruturais; estrutura organizacional do curso; relação ensino/ pesquisa/extensão.

Frente às mudanças constantes no mercado de trabalho, às mudanças tecnológicas e às necessidades regionais, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social poderá e deverá ser constantemente reavaliado, buscando atender a novas demandas. Poderá também ser transformado mediante necessidades percebidas pela IES, pelo corpo docente e discente, além das mudanças propostas pelo Conselho Estadual de Educação, quando de suas visitas para avaliação.

A avaliação ocorrerá em momentos específicos, a saber:

- Reuniões semestrais dos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE: núcleo composto por docentes com formação na área de Serviço Social, lotados no curso de Serviço Social, para discussão sobre as questões relacionadas ao projeto pedagógico e atividades acadêmicas realizadas no âmbito do curso de graduação em Serviço Social;
- Reuniões semestrais do Colegiado de Curso: Os membros do colegiado constituirão grupo de análise dos planos de ensino: oficinas e/ou reuniões

semestrais com docentes, que analisarão os planos de ensino, considerando a quantidade e a ordem de conteúdos relacionados à ementa e ainda aos demais planos trabalhados no período letivo. Será analisado ainda em relação à metodologia dos encontros e a bibliografias utilizadas. Esta análise subsidiará possíveis mudanças no plano a ser seguido ao longo do semestre. No início de novo semestre, todos os planos serão analisados, os docentes responsáveis discutirão as estratégias eficazes e aquelas que apontam a necessidade de mudanças. Assim, instala-se um processo permanente de avaliação e transformação;

- Avaliação semestral com os discentes: atividade periódica, organizada pela Coordenação de Curso com a participação dos docentes, com o objetivo de perceber a avaliação que o discente faz do curso. Esta avaliação poderá ser organizada através de questionário, seminário e oficina dirigida ao estudante para que ele possa avaliar o curso.

13. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio é caracterizado, nas diretrizes curriculares, como atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional, tendo em vista a sua capacitação para o trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 283).

Conforme a lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, estágio para os cursos de graduação “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”.

O Estágio de Serviço Social está regulamentado em lei, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº 492/2001, homologado pelo Ministério de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002.

Na UEMG- Unidade Carangola, o estágio será desenvolvido do 6º ao 8º períodos do curso. Antes de ser inserido no campo de estágio, o aluno será preparado, através de uma prévia aproximação à realidade do mercado profissional de trabalho por meio de contatos e observação do trabalho de assistentes sociais e bem como de estudos teóricos sobre a questão social e suas expressões particulares na realidade do município de Carangola e/ou região. Esta primeira aproximação à realidade social e profissional será orientada por meio da Oficina de Prática Profissional II, que busca garantir um conhecimento preliminar do mercado de trabalho profissional, sendo esta aproximação um dos componentes da Oficina.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE),

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPESS, 2010, p.11).

Ainda segundo a PNE/ABEPSS, a materialização do estágio curricular supervisionado deve ocorrer de acordo com os princípios ético-políticos da profissão, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, princípios estes que norteiam o projeto profissional.

Compreende-se o estágio como um processo didático-pedagógico, que se orienta pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS-CEDEPSS, 1997, p.62).

A aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade, singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

De acordo com a Resolução CFESS Nº 533/2008, a PNE/ABEPSS (2010) estabelece para o estágio curricular obrigatório:

- a) inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão;
- b) garantia de supervisão acadêmica e de campo;
- c) exigência de relatórios semestrais;
- d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;
- e) pré-requisitos ou co-requisitos de disciplinas que abordem conteúdos relacionados a ética profissional e fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social para a inserção nesta atividade;
- f) o(a) docente responsável pela supervisão destes estágios deverá acompanhar o(a) estagiário(a) por meio de encontros com os(as) estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ao exercício da profissão Serviço Social; acompanhamento do instrumento comprobatório da frequência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelo(a) estagiário(a);
- g) ser necessariamente ofertado como disciplina.

Cabe aos **supervisores acadêmicos** orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, com vistas à qualificação do estudante durante seu processo de formação e aprendizagem das dimensões que norteiam o exercício profissional, – teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas – em conformidade com o plano de estágio (ABEPSS, 2010).

Aos **supervisores de campo**, responsável pela supervisão profissional, compete o acompanhamento, orientação e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico, garantindo permanentemente o diálogo com o (a) supervisor (a) acadêmico (a), no processo de supervisão (id. *ibid.*).

Aos **estagiários**, enquanto sujeito investigativo, crítico e interventivo, compete compreender a realidade social, uma vez que, inserido no processo ensino-aprendizagem, possa construir conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, por meio do enfrentamento de situações presentes na ação profissional, sendo capaz de identificar as relações de força, os sujeitos e as contradições da realidade social (id. *ibid.*).

De acordo com a PNE/ABEPSS, as principais atribuições dos respectivos sujeitos são:

Do(a) Supervisor(a) Acadêmico(a):

- 1 Orientar os (as) supervisores (as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- 2 Orientar os (as) estagiários (as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os (as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na

- efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;
- 4 Auxiliar o (a) estagiário (a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
 - 5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos (as) estagiários (as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
 - 6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta;
 - 7 Acompanhar a trajetória acadêmica do (a) estagiário (a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;
 - 8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;
 - 9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;
 - 10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;
 - 11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Do (a) Supervisor (a) de Campo:

- 1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a

- inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;
- 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
 - 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
 - 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do (a) estagiário (a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;
 - 5 Disponibilizar ao (à) estagiário (a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
 - 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;
 - 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e em grupos com os (as) estagiários (as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;
 - 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;
 - 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;

- 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador (a) de Estágios ou Coordenador (a) de Curso quando julgar necessário;
- 11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;
- 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;
- 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e a Supervisão Acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;
- 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

Do (a) estagiário (a):

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;
- 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;

- 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
- 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
- 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como em grupos, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

Na UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola, assim como determina a PNE/ABEPSS, ao iniciar o estágio supervisionado o aluno terá o acompanhamento acadêmico do estágio, que é uma atividade integrada aos Núcleos Temáticos, realizado por um/a professor/a de Serviço Social nele integrado, responsável por ministrar as Oficinas de Supervisão Acadêmica (I, II e III), assumindo o papel de supervisor acadêmico. Nas oficinas de supervisão acadêmica, bem como estabelecido pela PNE/ABEPSS, a supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 alunos, distribuídos em turmas subdivididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social, como políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão rural e urbana, dentre outras. Na UEMG, Unidade Acadêmica de Carangola cada professor será responsável por um grupo de 6 a 15 alunos distribuídos em, no máximo, três campos de estágios, aglutinados por áreas temáticas comuns. **(Ver Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social em anexo).**

13.1 Natureza das atividades

- Observação sistemática e leitura crítica da realidade, partindo da fundamentação teórico-metodológica e ético-política e a articulação com as experiências no campo de estágio;

- Identificação dos recursos da comunidade, a organização do catálogo de recursos e sua relação com o exercício profissional;
- Análise crítica da realidade social, desvelamento das expressões da questão social e elaboração de estratégias de intervenção conforme o projeto ético-político do Serviço Social;
- A interdisciplinaridade enquanto metodologia propositiva na formação do assistente social;
- Habilidade para análise de conjuntura e registros do trabalho profissional por meio de elaboração de documentos, relatórios e criação de instrumentos técnico-operativos objetivando a divulgação e sistematização do exercício profissional;
- Efetiva articulação teoria-prática, por vinculação com temas e abordagens pertinentes à realidade brasileira, desvelamento das expressões da questão social e identificação das demandas dos usuários com elaboração e apresentação de projetos a partir dos dados coletados, articulando assim teoria e prática.

13.2 Objetivos

- Promover a articulação da fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa e o cotidiano do trabalho profissional do assistente social;
- Fomentar a constituição do exercício profissional em sua dimensão teórico metodológica, enquanto elemento fundante do processo de construção do conhecimento;
- Incentivar a formulação e implantação de propostas de intervenção na realidade de trabalho do assistente social, conforme prevê o projeto ético-político do Serviço Social;

- Consolidar a articulação entre teoria e prática na experiência do estágio.
- Fortalecer a interação com as várias áreas profissionais, capacitando o estagiário para o trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar.

13.3 Princípios norteadores

- Superar a dicotomia teoria-prática na formação em Serviço Social, sendo o estágio uma das, não a única, atividade integradora da formação do assistente social;
- O estágio se constitui numa atividade de reflexão que enriquece a teoria que lhe deu suporte. É um processo criador de investigação, explicação, interpretação e intervenção na realidade, por isso as atividades devem ser planejadas e supervisionadas;
- Promover o estágio como prática da reflexão suficientemente aberta para adquirir, na experiência, determinações novas e mesmo novas explicações teóricas;
- Refletir sobre a dimensão política e o compromisso ético do Serviço Social, procurando evidenciar as implicações para a formação e o exercício profissional, bem como para suas possibilidades de ação;
- Promover a reflexão crítica do trabalho profissional nas dimensões das práticas institucionais, multidisciplinares, instrumentais e da relação competência-compromisso.

13.4 Avaliação

A avaliação será realizada durante todo o processo de supervisão executado pelo professor supervisor e o profissional supervisor de campo, por meio de reflexão, acompanhamento e sistematização dos referidos planos de estágio, que deverão ser

elaborados em conjunto entre Universidade e Unidade de campo de estágio. Deverá ocorrer um acompanhamento semestral do aluno com o professor supervisor e o profissional supervisor de campo no próprio local do estágio. O resultado dessa avaliação deverá ser registrado em ata e terá como objetivo detectar a condição da formação do aluno na relação teoria - prática no espaço de estágio. Essas reuniões de acompanhamento possibilitarão a identificação do perfil do estagiário e a análise sobre as condições dele mesmo, garantindo a sua efetiva participação nas atividades do estágio. Essa ação contribuirá para que o aluno não passe a uma fase subsequente de atividades, sem ter cumprido satisfatoriamente a anterior. Caso o aluno não cumpra a contendo a atividade prevista, deverá repeti-la, até que seja considerada satisfatória. Para eventuais esclarecimentos, observar o Regulamento de estágio constante ao final deste projeto. Os critérios de avaliação para a aprovação, em cada um dos estágios, obedecerá aos seguintes critérios:

- cumprir, pelo menos 75% de frequência nas disciplinas de Supervisão de Estágio;
- cumprir 100% das atividades de Estágio em campo, devidamente apresentadas pelo supervisor no início de cada período. Em caso de falta, há a necessidade de reposição para o cumprimento de 100% das atividades;
- realizar os registros das atividades, conforme as características de cada estágio.
- ter pontuação mínima na disciplina de Oficina de Supervisão Acadêmica, para aprovação, considerando a proposta de avaliação da IES.
- registrar e elaborar relatório final das atividades.

13.5 Coordenação de Estágio

A coordenação de estágio, segundo a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), é uma esfera de organização e gestão da política de estágio, de grande necessidade para o encaminhamento de um estágio de qualidade. Esta coordenação atua diretamente articulada à coordenação do curso ou do departamento. Abaixo seguem as atribuições da Coordenação de Estágio, elencadas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010):

- 1- Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- 2- Criar e acompanhar a Comissão de Estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do Estágio na Unidade de ensino), formada por representantes de: supervisores (as) acadêmicos (as), supervisores (as) de campo e estagiários(as);
- 3- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- 4- Estabelecer contato com as diferentes instituições, objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela Unidade de ensino, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
- 5- Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ou manutenção das vagas de estágio, objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.
- 6- Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
- 7- Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio; Projeto de Ação Profissional; Roteiro de Avaliação de Relatório; Avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio; Avaliação

- pelos professores do processo de estágio; Avaliação do estudante quanto ao processo de estágio;
- 8- Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio dos estudantes do curso e dos supervisores com a Coordenação de Estágio e professores, visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);
 - 9- Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências entre os professores; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
 - 10- Discutir e encaminhar, em conjunto com professor da disciplina e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/ projetos;
 - 11- Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela Coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
 - 12- Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes da Unidade de ensino, principalmente, com os futuros estagiários a serem realizadas ao longo do semestre;
 - 13- Promover em articulação com a Comissão de Estágio, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da Unidade;
 - 14- Atender às demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere às UFAs;

15- Fomentar, coordenar e articular o Fórum de Supervisores (da Unidade), em articulação com Fórum Estadual, caso exista, ou estimular a sua criação em articulação com o CRESS e as demais UFAs.

A coordenação de estágio deverá ser exercida por um (a) professor(a) do curso de Serviço Social, com formação em Serviço Social, eleito(a) pelo colegiado do curso para mandato de 2 (dois) anos.

14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

A Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e indica as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. como componente curricular para a formação dos discentes inseridos na graduação em Serviço Social. Para tanto as IES deverão criar mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, a saber: monitorias, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, participação em órgãos colegiados e outras atividades que ficam a critério do Colegiado de cada Curso e, posteriormente, definidas no plano acadêmico do curso.

As atividades complementares caracterizam-se como importantes mecanismos de valorização das atividades extra-muro, como parte do conhecimento necessário do cidadão e profissional assistente social. Na UEMG- Unidade Acadêmica de Carangola as atividades complementares definidas como Atividades Acadêmico-científico-culturais podem ser compreendidas como toda e qualquer atividade pertinente e útil para a formação humana e profissional do acadêmico.

Trata-se de atividades curriculares e como tal constarão no histórico escolar do aluno, mas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na grade do curso, uma vez que o objetivo dessas atividades é diversificar e enriquecer a formação oferecida na graduação, através da participação do corpo discente em tipos variados de eventos. É importante lembrar que a realização das atividades complementares dependerá exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada aluno, que deve buscar as atividades que mais lhe interessarem para delas participar.

O aluno terá que cumprir 144 horas/aula de Atividades Acadêmico-científico-culturais ao longo do Curso, que precisam ser coerentes com as habilidades e competências para a sua formação conforme propõe este projeto pedagógico. Ao iniciar o curso, o aluno receberá uma planilha com a indicação das Atividades Acadêmico-científico-culturais.

As atividades aprovadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Carangola estão dispostas no quadro 3, a seguir. Este elenco de

atividades visa à complementação da formação profissional. As atividades foram organizadas em dois grupos: no Grupo 1, estão contidas atividades científicas e de extensão; no Grupo 2, estão as atividades culturais e esportivas. Os alunos deverão vivenciar pelo menos quatro atividades diferentes ao longo do curso, sendo que esta carga horária deverá, ainda, ser cumprida de forma que 108 h/a em 6 créditos sejam pertencentes ao Grupo 1 e 36 h/a em 2 créditos sejam relativos ao Grupo 2.

Todas as atividades deverão ser comprovadas através de certificados, declarações e relatórios junto à coordenação do curso de Serviço Social, por meio de uma pasta individual de cada aluno, computadas em termos de carga horária para efeito de integralização do currículo pleno de seu curso. **(Ver Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC em anexo).**

Quadro 3: Atividades e carga horária máxima permitida para as atividades acadêmico-científico-culturais da UEMG, Unidade Carangola.

ATIVIDADES GRUPO 1	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Participação em eventos científicos	60	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em eventos de extensão	60	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em atividades de pesquisa	60	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Participação em atividades de extensão	60	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Realização de monitoria	45	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Representação em órgão colegiado	30	De acordo com a participação confirmada em horas das reuniões
Participação em defesas dos trabalhos de conclusão de curso	30	Uma hora para cada apresentação assistida
Realização de estágio extracurricular não relacionado à área de formação profissional	45	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Realização de estágio extracurricular relacionado à área de formação profissional	60	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Curso relacionado à área de formação profissional	45	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora.
Curso não relacionado à área de formação profissional	30	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador e realizados depois do ingresso na Universidade
Organização de eventos	30	Declaração emitida pela Coordenação do Curso
Organização e realização de cursos	45	De acordo com o certificado expedido

para a comunidade, relacionados diretamente à formação profissional		pelo órgão organizador
Publicação de painéis em eventos científicos e/ou de extensão	30	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Apresentação oral de trabalhos em eventos científicos e/ou de extensão	30	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Publicação de artigos científicos em revista	30	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Participação em grupo de estudo	15	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador do grupo
ATIVIDADES GRUPO 2	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Visita a Museus, Feiras de Livros, Exposições e Teatro	45	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Eventos Esportivos	30	Carga horária atestada (atestado emitido pelo coordenador de curso)
Visitas Técnicas(Sindicatos, Movimentos Sociais e outros espaços pertinentes ao Serviço Social).	30	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)

* Outras atividades não constantes nos grupos serão julgadas pelo Colegiado do curso de Serviço Social.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de Serviço Social da UEMG- Unidade Carangola tem por objetivo a formação de um profissional que possa contribuir com o desenvolvimento da profissão. Assim, o trabalho de Conclusão de Curso vem culminar com o encerramento desta proposta.

Por isso, deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo um momento de expressão da sua totalidade. É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir formação profissional.

Os trabalhos conclusivos serão orientados por um professor do curso. Esses trabalhos serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora.

Além do processo de orientação do trabalho com o docente de referência, os alunos terão suporte e incentivo para construção do conhecimento científico, desde os períodos iniciais, quando começarão a realizar pesquisas bibliográficas, conhecer e identificar a necessidade de escritas que possam ter caráter científico, bem como serão estimulados à participação em atividades científicas e à elaboração de trabalho científicos para congressos, revistas e eventos diversos.

Os alunos deverão desenvolver o trabalho em grupo (no máximo com três integrantes), ou individualmente, observando a disponibilidade do corpo docente, ficando a decisão a cargo do colegiado.

A versão final do trabalho deverá ser defendida pelo aluno no final do curso, perante uma banca examinadora composta pelo professor orientador e por 02 (dois) professores examinadores. **(Ver Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso em anexo).**

16. UNIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Este instrumento pedagógico entende que a política de prática acadêmica é dirigida através da integração entre ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão, mediados pelas disciplinas curriculares e dos núcleos temáticos de prática e de pesquisa que irão articular as três dimensões indissociáveis.

16.1 Pesquisa

A pesquisa é uma forma que o profissional dispõe para conhecer a realidade social na qual desenvolve suas atividades. O reconhecimento da pesquisa como um elemento constitutivo da formação e da atividade profissional implica o desenvolvimento da capacidade do Assistente Social para apreender os problemas específicos do seu tempo sócio-histórico, submetê-los a uma apreciação crítica e deles extrair a significação que extrapola o âmbito da imediatividade com que emergem. Para IAMAMOTO (2007, p. 273):

A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos. (IAMAMOTO, 2007, p.273).

A formação profissional deverá assegurar, ao assistente social, oportunidades para desenvolver uma atitude investigativa que lhe possibilite elaborar e executar projetos de pesquisa. Para tanto, é necessário que os cursos de formação formulem políticas de pesquisas, que incentivem os professores a assumirem a função de pesquisadores, como atividade universitária constitutiva da docência, e que envolvam os alunos nos programas de iniciação científica.

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sócio técnica do trabalho, dotada de uma dimensão prático-interventiva, que se utiliza de um arsenal teórico-metodológico como recurso para entender a realidade e propor intervenções, porém o acervo teórico-metodológico, apesar de indispensável, não é o suficiente,

haja vista que os processos sociais são dinâmicos e exigem uma permanente avaliação e pesquisa de suas expressões na vida dos sujeitos sociais, a fim de que sejam elaboradas propostas de atividades capazes de estimular as mudanças almejadas. Posto isso, o arsenal teórico-metodológico se atualiza através das pesquisas dos fenômenos históricos que são objetos do conhecimento e de intervenção do assistente social.

Iamamoto (2007) afirma que a pesquisa de situações concretas é uma condição para ultrapassar uma visão teoricista da competência profissional. A qual, muitas vezes, se restringe apenas ao domínio teórico, deslocado dos novos processos que mediatizam as novas expressões da questão social, que são alvos de intervenção no âmbito profissional.

Sendo assim, a pesquisa é um recurso imprescindível para a compreensão dos processos determinantes da desigualdade social geradores da exclusão social, nos seus aspectos de ordem econômica, cultural e política. A pesquisa auxilia, também, ao enfrentamento pelos sujeitos sociais nas suas diversificadas condições, seja de classe, etnia, gênero, que se tornam pela sua vulnerabilidade socioeconômica alvo das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, pelo setor privado e pelas ONGs, que requisitam a mão-de-obra especializada do profissional de Serviço Social.

A UEMG incentiva os seus professores e os seus estudantes a participarem de editais de pesquisa internos como: PIBIC/UEMG/FAPEMIG, PIBIC/UEMG/CNPq, PIBITI/UEMG/CNPq e PIBIC/UEMG/ESTADUAL. Esses editais fazem parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Estado de Minas Gerais, iniciado em 2003. Nos devidos editais, a Universidade, em parceria com a FAPEMIG, o CNPq e o estado, disponibiliza um total de aproximadamente 160 bolsas de iniciação científica para a comunidade discente. Essas bolsas funcionam como estímulo à formação acadêmica e privilegiam a participação ativa de estudantes em projetos de pesquisa com qualidade acadêmico-científica.

16.2 Extensão

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 271).

As atividades de extensão caracterizam-se por suas múltiplas finalidades, atuando para consolidar a integração do conteúdo disciplinar, expandindo os conhecimentos tratados para além da fronteira universitária e proporcionando ao graduando a vivência ativa e comprometida com o caráter social das ações inclusivas.

Contudo, é importante entender que a extensão não se reduz a um laboratório ou supermercado de prestação de serviços (IAMAMOTO, 2007), definidos pela instância burocrática da universidade, configurando uma imposição de cima para baixo, sem considerar os interesses e necessidades do público alvo das atividades. Por isso as atividades de extensão devem juntar forças e buscar parcerias com outras instituições, além de focar sobre as necessidades que são demandadas pelos sujeitos sociais de modo que o estimule ou apoie suas iniciativas.

O curso de Serviço Social propõe-se a desenvolver diversas atividades extensionistas, com o objetivo de aproximar a Universidade da comunidade de Carangola e região, buscando proporcionar um melhor desenvolvimento da sociedade a sua volta, através de divulgação de conhecimentos produzidos e acumulados pelos alunos e professores.

16.3 GRUPOS TEMÁTICOS, LINHAS DE PESQUISA E GRUPOS DE ESTUDOS

O presente instrumento pedagógico pretende desenvolver uma política acadêmica que articule o ensino, pesquisa e extensão através dos núcleos temáticos, linhas de pesquisa e grupos de estudos.

16.3.1 GRUPOS TEMÁTICOS

Os grupos temáticos são instâncias pedagógicas que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Neles estão aglutinados as pesquisas, os projetos de iniciação científica, o Trabalho de Conclusão de Curso, as oficinas de prática, o estágio, a supervisão acadêmica, projetos de extensão e as atividades acadêmico-científico-culturais.

A ideia é desenvolver um trabalho dinâmico e propositivo ao longo do percurso do presente instrumento pedagógico reformulado, através de diversas atividades teóricas e práticas, de pesquisa e de extensão vinculadas à formação profissional dos docentes de Serviço Social. Os grupos temáticos propostos pelos docentes formam um tripé que abarca: Trabalho e formação profissional, Políticas Sociais e Sujeitos Sociais e Questão Social e Realidade Regional.



Cada grupo temático será composto por:

- ✓ Docentes (em função de suas pesquisas, especialização teórica, atividades de extensão ou experiência profissional);
- ✓ Alunos do curso de Serviço Social, em função de sua inserção nos estágios, projetos de pesquisa e extensão e dos temas de TCC;
- ✓ Supervisores de campo e acadêmicos;

- ✓ Professores pesquisadores de outras unidades de ensino ou externo a Universidade;
- ✓ Representantes de organizações e movimentos sociais (quando for o caso).

Cada grupo coordenado por um docente do curso de Serviço Social⁵ deverá elaborar seu planejamento de trabalho a cada semestre, garantindo as discussões (conjuntura, políticas sociais e expressões sociais) referentes ao seu eixo temático. O programa será desenvolvido a partir das aulas, seminários, encontros, cursos, oficinas, supervisão com a finalidade de produzir e sistematizar os conhecimentos no âmbito dos núcleos e entre si.

16.3.2 Funções dos grupos temáticos:

- ✓ Apoiar o funcionamento das oficinas de Prática Profissional I e II;
- ✓ Integrar, por intermédio de seu Coordenador, a Comissão Permanente de Planejamento Acadêmico, responsável pela coordenação dos grupos temáticos;
- ✓ Subsidiar teoricamente docentes, discentes e profissionais integrantes do núcleo;
- ✓ Realizar seminários para discussão do processo investigativo e interventivo, segundo a estruturação das atividades de ensino teórico-prático de pesquisa, estágio e extensão, incluindo docentes, discentes e profissionais;
- ✓ Reunir sistematicamente seus membros para distribuir suas atividades de caráter pedagógico e acadêmico e organizar o seu funcionamento;
- ✓ Contribuir com a publicização da produção desenvolvida pelos estagiários, pelos projetos de TCC e pelos Projetos de Pesquisa e Extensão;
- ✓ Sistematizar e divulgar as experiências realizadas, por meio de encontros, seminários, congressos e propor a realização de eventos que divulguem e alimentem a produção acadêmica.

⁵ De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão - LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Constituem atribuições privativas do Assistente Social, art 5°: VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

16.3.3 Elementos que constituem os grupos temáticos:

- a) Extensão: programas, projetos e atividades de extensão universitária;
- b) Pesquisa: projetos de pesquisa curriculares elaborados sob a orientação da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, projetos de docentes e a iniciação científica;
- c) Ensino teórico-prático: estágio supervisionado, TCC, oficinas de supervisão, oficinas de prática.

16.3.4 Linhas de Pesquisas e Grupos de estudos

A partir dos núcleos temáticos os docentes do curso de Serviço Social estabelecerão como linhas de pesquisas e grupo de estudos os seguintes temas:

- ✓ Trabalho e relações de trabalho;
- ✓ Território e exclusão social;
- ✓ Cidade e segregação étnico-racial;
- ✓ Serviço Social e Sujeitos Sociais;
- ✓ Política Social e História e Contemporaneidade;
- ✓ Formação, trabalho e condições de trabalho profissional.

16.4 Monitoria

A monitoria é uma prática pedagógica junto aos professores que ministram disciplinas no curso e que disponibilizam vagas para estudantes monitores no âmbito da graduação. Essa prática, que integra o processo de ensino aprendizagem, tem como finalidade: possibilitar que o aluno aprimore seus estudos, aprofunde conhecimento, implemente sua formação profissional e contribua com os estudos dos demais alunos. Para ser monitor, o estudante deve ter tido bom desempenho na disciplina pleiteada, estar atento à publicação do edital e participar do processo seletivo. (**Ver Regulamento da Monitoria em anexo**).

17. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Serviço Social da Unidade Carangola é composto por professores designados, em regime de 40h/a ou 20h/a. O curso possui 8 (oito) professores com formação em Serviço Social, dentre estes 6(seis) são mestres e 2(dois) especialistas. Possui também 7 (sete) professores com formações generalizadas, dentre estes, 2(doutores), 2(dois) mestres e 3(três) especialistas. Totalizando 15(quinze) docentes.

18. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

A administração do Curso de Serviço Social é estruturada sob a forma de Colegiado. O Colegiado é eleito para assumir uma gestão de 02 (dois) anos.

18.1 Colegiado

O Colegiado do curso de Serviço Social, sediado na Unidade Carangola, é composto por representantes dos departamentos os quais o curso está vinculado e por representantes docentes e discentes do respectivo curso, como trata os termos do Art. 57 do Estatuto da UEMG. Sendo formado por 10 (dez) docentes e 4 (quatro) discentes, sendo presidido pelo Coordenador de Curso que será, obrigatoriamente, um profissional inscrito no Conselho Regional de Serviço Social⁶.

Esses representantes são escolhidos mediante o referido Estatuto e o Regimento Geral da UEMG.

Compete ao Colegiado de Curso, conforme o Estatuto da Universidade aprovado pelo DECRETO N° 36.898, de 24 de maio de 1995, as seguintes atribuições:

- orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;

⁶ De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão - LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Constituem atribuições privativas do Assistente Social, art 5°: V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII.

- fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos;
- elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos;
- avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos;
- recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes;
- decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e
- representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar.

18.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão previstas na resolução COEPE/UEMG no. 162/2016, assim apresentados:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O NDE é constituído pelo Coordenador do Colegiado do Curso e por professores pertencentes ao corpo docente do curso. É recomendado que pelo menos 60% dos

membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Essa constituição é legítima por apresentar condições de contribuir com zelo pela integração curricular interdisciplinar, indicação de áreas de atuação e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

19. INFRAESTUTURA DO CURSO

O imóvel onde funciona atualmente a UEMG – Unidade de Carangola possui três prédios, além de um estacionamento e um espaço externo para construção de uma área de convivência. O Curso de Serviço Social conta com 5(cinco) salas de aulas, todas possuem ventiladores, quadros de giz e carteiras suficientes para os estudantes. A Coordenação do Curso dispõe de uma sala exclusiva para atender aos alunos e aos professores, bem como é utilizada para reuniões com o corpo docente. Os alunos dispõem de biblioteca, laboratório de informática e de um polo presencial da Universidade aberta e integrada de Minas Gerais

19.1 Biblioteca

A Biblioteca da UEMG – Carangola é entendida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal local é considerado de relevante importância para o cumprimento do projeto pedagógico com excelência.

O espaço físico da biblioteca compreende a 431,25m², distribuídos entre o acervo, setor de empréstimos e catalogação, áreas de leitura e pesquisa e o guarda-volumes. O setor para leitura e pesquisa é mobiliado com mesas, cadeiras e ainda possui quatro computadores para consultas aos periódicos. Possui ainda 9 (nove) computadores, todos estão conectados a internet, para uso dos alunos

O serviço de atendimento aos usuários funciona nos horários de 13hs às 22h30min de segunda a sexta, sob a supervisão de uma bibliotecária. O acervo detém, atualmente, 9260 títulos e 20500 exemplares que contemplam diversas áreas do conhecimento. No curso de Serviço Social existem no momento 396 título e 1432

exemplares. A biblioteca possui assinaturas correntes de periódicos. O acesso ao acervo é informatizado e a consulta ao material pode ser realizada *in loco* ou por meio de empréstimo semanal.



Computadores de uso geral



Guarda-volumes



Salão com mesas e cadeiras



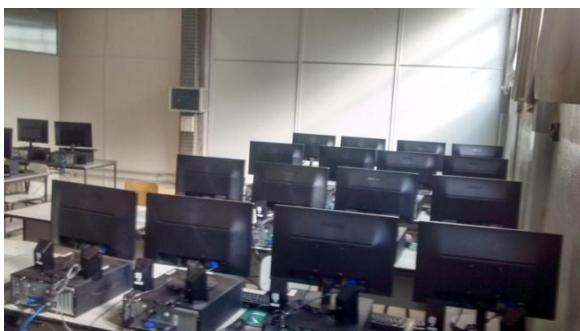
Salas de estudos ao fundo

19.2 Laboratório de Informática

A UEMG – Unidade de Carangola possui um laboratório de informática para realização das aulas práticas das disciplinas de informática. Este laboratório também é utilizado pelos alunos e pela comunidade para a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Todos os computadores possuem acesso a internet banda larga, funcionando de segunda a sexta, das 13h00min às 22h10min.

O laboratório conta com 30 computadores com as seguintes configurações: (Micro computador Phenon X4 850, Processador AMD, 8 Gb de memória RAM, HD de 1Tb, Monitor Philips de 21”, Teclado Mouse, Placa de Rede Integrada, mouse)

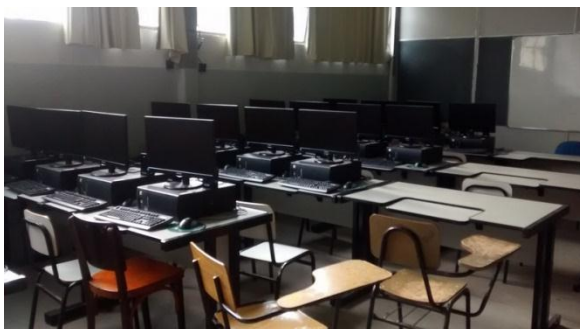
Todos os laboratórios estão conectados à rede internet por um link de banda larga de 2.0 Mb. Os computadores possuem sistema operacional Windows 7 instalado e estão conectados via rede local ponto a ponto.



Laboratório de Informática 01
Foto: Marcos Antônio Coelho



Laboratório de Informática 01
Foto: Marcos Antônio Coelho



Laboratório de Informática 01
Foto: Marcos Antônio Coelho



Laboratório de Informática 01
Foto: Marcos Antônio Coelho

19.3 Pólo presencial da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais

A Unidade de Carangola conta também com um polo presencial da Rede UAITEC que substituiu os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e se configura como uma unidade de ensino profissionalizante voltada para a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e para a transferência de conhecimentos tecnológicos nos processos produtivos. Essa rede oferece diversos cursos em Educação à Distância, com a oferta de conteúdos em Idiomas, Tecnólogos, Graduação e Pós-Graduação.

Possui uma estrutura tecnológica de ultima geração com duas salas equipadas com TV de plasma, sistemas de som e vídeo conferência. Dois Laboratórios de Informática com 20 computadores.

A Unidade da Universidade Aberta e integrada de Minas Gerais (UAITEC) foi inaugurada em Carangola no dia 27 de junho de 2014.

Essa Unidade visa à capacitação profissional, com possibilidade de oferecer cursos de Graduação, Tecnológicos, Extensão Universitária, Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) e de idiomas.

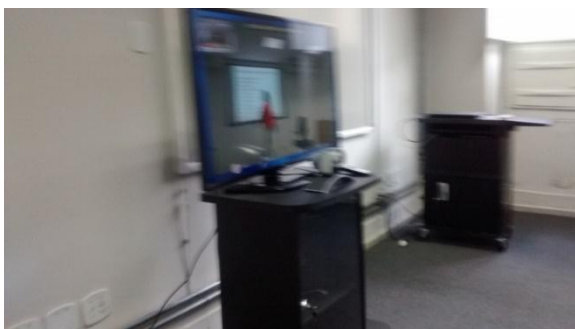
A iniciativa é resultado de um debate sobre a Educação à Distância (EAD) com as universidades públicas para democratizar o conhecimento. Aproveitando a estrutura da Rede de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) para ampliar a oferta de EAD no estado e no país, a Uaitec é um projeto do governo de Minas, desenvolvido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES).



Placa de identificação do polo
Foto: Marcos Antônio Coelho



Memorial a Vitor Nunes Leal
Foto: Marcos Antônio Coelho



Equipamentos de vídeo conferência
Foto: Marcos Antônio Coelho



Sala EAD 1
Foto: Marcos Antônio Coelho



Equipamentos de vídeo conferência
Foto: Marcos Antônio Coelho



Sala EAD 1
Foto: Marcos Antônio Coelho

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO

O Curso de Serviço Social tem como instrumentos normativos os seguintes Estatutos, Regimentos, Normas Gerais de Graduação e Resoluções:

Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais

http://uemg.br/downloads/Estatuto_UEMG.pdf

Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais

http://uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf

RESOLUÇÃO COEPE/UEMG No 132/2013 –Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula.

Resolução COEPE/UEMG No 66/2008 - Estabelece as normas gerais para Cumprimento de disciplinas em regime de dependência nas Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG.

UEMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI- 2015-2024.**

Legislação Geral Relativa ao Curso de Serviço Social:

Lei nº. 8662 de 07 de junho de 1993 – Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social;

Resolução CFESS 273/93 de 13 de março de 1993 – Institui o Código de ética profissional dos Assistentes Sociais;

Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão direta de estágio em serviço social;

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes;

Resolução CFESS 273/93 de 13 de março de 1993 – Institui o Código de ética profissional dos Assistentes Sociais.

Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão direta de estágio em serviço social.

Resoluções

Resolução nº. 01, de 30 de maio de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução nº. 02, de 15 de Junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002– Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.

Resolução CNE/CP No. 01/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP 02 de 18 de junho de 2007 – Institui a duração e a carga horária dos cursos graduação, bacharelado na modalidade presencial.

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes.

DECRETO No. 3.860. **Dispõe sobre a Organização do Ensino Superior, a Avaliação de Cursos e Instituições, e dá providências.** Publicado no DOU de 10/07/2001.

Decreto No. 5626 – Regulamenta a Lei No. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei No. 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

LEI FEDERAL No. 10.861. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.** Publicada no DOU de 14/04/2004

BIBLIOGRAFIA

Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revisado em outubro de 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional No. 9.394. 20 de dezembro de 1996.**

FRANCHES, C.C. et al. **LDB Anotada e Comentada e Reflexões sobre a Educação Superior.** 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, L.C..**Uma Análise das Transformações na Gestão do Ensino Superior no Brasil.**<http://www.aespi.br/revista/revista2/art4.htm>

ANEXO

EMENTÁRIO DO CURSO

DE

SERVIÇO SOCIAL

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Introdução ao Serviço Social	78
Oficina de Prática Profissional I	79
Formação sócio-histórica do Brasil	80
Filosofia	81
Sociologia	82
Português Instrumental	83
Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social I	84
Oficina de Prática Profissional II	85
Teoria Política	86
Introdução ao trabalho científico no Serviço Social.....	87
Legislação Social aplicada ao Serviço Social	88
Antropologia Social	89
Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social II	90
Pensamento Social I	91
Psicologia Social.....	92
Questão social e particularidades regionais	93
Oficina de Pesquisa em Serviço Social I.....	94
Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social III	95
Trabalho e sociabilidade	96
Estado, Classe e Movimentos Sociais I	97
Política Social e Serviço Social I	98
Oficina de Pesquisa em Serviço Social II	99
Ética e Serviço Social	100
Serviço Social e Processo de Trabalho	101
Estado, Classe e Movimentos Sociais II	102
Política Social e Serviço Social II	103
Instrumentos e técnicas de intervenção profissional	104
Orientação e Treinamento Profissional I	106
Estatística.....	107
Política Social e Serviço Social III	108
Laboratório de Intervenção profissional	109
Análise Institucional	110
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	111
Orientação e Treinamento Profissional II	112
Planejamento em Serviço Social	113
Direitos Humanos	114
Pensamento Social II	115
Orientação de TCC I	116
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	117
Orientação e Treinamento Profissional III	118
História do negro e Questão racial no Brasil	119
Laboratório de Políticas Sociais Especiais	120
Orientação de TCC II	121
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	122
Serviço Social, Família e Gênero	124

Serviço Social e Terceiro Setor	125
Crise do Capital	126
Religião e Capitalismo	127
Pensamento de Marx	128
Participação social e democracia participativa	129
Pobreza e Cidadania.....	130
Território e Política Nacional de Assistência Social.....	131
Serviço Social e meio ambiente	132
Trabalho e identidade profissional	133
Instrumentalidade do Serviço Social	134
Tópicos Especiais em Serviço Social	135
Libras.....	136
Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.....	137
Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas	138

Disciplina: Introdução ao Serviço Social	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: ----	Período: 1º
<p>Ementa: A natureza e a gênese do Serviço Social. História e constituição da categoria profissional: dimensões políticas, culturais e organizacionais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992. 2. _____; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/CELATS, 1993. 3. MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social. 2ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2009. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ESTEVÃO, Ana Maria R. O que é o Serviço Social. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 2. BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012. 	

Disciplina: Oficina de Prática Profissional I	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
Ementa. Áreas de atuação do assistente social. As expressões da questão social no cotidiano do exercício profissional do assistente social. Desenvolvimento de expressões artístico-culturais.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992.2. _____; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/CELATS, 1993.3. CFESS. Política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS. Brasília, 2012.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. ESTEVÃO, Ana Maria R. O que é o Serviço Social. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.2. SCHERER, Giovane Antônio. Serviço Social e Arte – Juventudes e Direitos Humanos em cena. Cortez: São Paulo, 2011.	

Disciplina: Formação sócio-histórica do Brasil	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 1º
<p>Ementa: O Processo de colonização brasileira e a constituição do Estado Nacional; emergência e crise na primeira República. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimentos de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimento e inserção no sistema capitalista mundial. Modernização conservadora no pós-64; Transição democrática e neoliberalismo.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AGUIAR, Marco Alexandre de. As décadas de 80 e 90: transição democrática e predomínio neoliberal. <i>In.</i>: Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades, n. 7, nov-abril. 2011, pp. 1-12. 2. MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação-Histórias. 2.ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo. 2000. 363p 3. SAMPAIO, Plínio Arruda. Os períodos da História do Brasil. <i>In.</i>: STEDILE, João Pedro e SAMPAIO, Plínio Arruda. História, crise e dependência do Brasil. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2003. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004. 2. SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 	

Disciplina: Filosofia	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: Relevância da filosofia para o Serviço Social. Tradições filosóficas que incidiram no Serviço Social: positivismo, pragmatismo, neotomismo, fenomenologia e marxismo.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ABBAGNANO, N. História da filosofia. Lisboa, Presença, vol. XIV, 1970. 2. AGUIAR, A. G. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. S. Paulo, Cortez, 1989. 3. ARANHA, M. L. A., Martins, M. H. P. Filosofando. Introdução à filosofia. São Paulo, Moderna, 1986. 4. VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 5. CHAÚÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1997. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 2. _____. Miséria da Filosofia. São Paulo: Martin Claret, 2007. 3. CHAÚÍ, M. Primeira filosofia: lições introdutórias. S. Paulo, Brasiliense, 1984. 4. CAMPOS, Fernando Arruda. Tomismo no Brasil. São Paulo: Paulus, 1998. 	

Disciplina: Sociologia	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 1º
<p>Ementa: Discussão sobre as Matrizes Clássicas do Pensamento Social. Avaliação acercados clássicos da Sociologia. Análise das diversas correntes da Sociologia. Análise social de Marx: método e crítica social. O paradigma positivista e a sociologia de Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. Modernidade e pós-modernidade: o debate sobre os paradigmas de análise social.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, Quintaneiro, Tania, OLIVEIRA, Marcia Gardenia Monteiro de, etal. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 2. ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Os clássicos no cotidiano. São Paulo: Arte e Ciência, 2008. 4. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007. 3. ARENDT, Hannah. A condição humana. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. VELHO, O.G., Palmeira, M., Bertelli, A. R. (orgs.). Estrutura de classes e estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 2. SANTOS, B.V. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989. 3. MARX, K. As lutas de classe na França. Textos nº 3, op. cit. 4. _____. 18 Brumário de Luís Bonaparte. Várias edições 	

Disciplina: Português Instrumental	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 1º
<p>Ementa: Estudos de língua portuguesa voltados para práticas de oralidade e escrita em gêneros acadêmicos, considerando-se as regras de normalização referentes a cada gênero. Construção do parágrafo. A constituição do texto. A argumentação. Regras gramaticais (acentuação, concordância verbal e nominal e pontuação) e Redação.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. VANOU, F. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 2. DOLZ, Joaquim et al. "A exposição oral". In: SCHNEUWLY, Bernard & DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e org. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 215-246. 3. MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. Resumo. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2007. 4. _____. Resenha. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2007. 5. MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais e funcionalidade". In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informatização e documentação 2. CARNEIRO, Agostinho Dias. Texto em construção: interpretação de textos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 3. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 4. PROENÇA Filho, Domício. Noções de gramática em tom de conversa: Língua Portuguesa. São Paulo: Editora do Brasil, 2003. 5. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia. São Paulo: Cortez, 2004. 6. SOUZA, M. B. & Waldeck, S. Compreensão e produção de textos. Rio de Janeiro: Livro, 1992. 	

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 2º
<p>Ementa: Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social no Brasil no contexto latino-americano e a institucionalização do Serviço Social na conjuntura do capitalismo tardio até a Segunda Guerra: emergência da questão social no Brasil; formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais; a ação social da Igreja; a emergência e institucionalização do Serviço Social; formação do mercado de trabalho do assistente social; modelos de intervenção profissional. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. 2. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 3. CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1982. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992. 2. KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. (Primeira Edição: 1963). 3. NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996. 4. RICHMOND, M. E. Diagnóstico social. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950. 	

Disciplina: Oficina de Prática Profissional II	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:-----	Período: 2º
<p>Ementa: Conhecimento preliminar do mercado profissional de trabalho. Aproximação dos núcleos temáticos existentes no curso de Serviço Social na Unidade Acadêmica de Carangola. A legislação profissional.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 2. CFESS. Atribuições privativas do (a) assistente social - em questão. Brasília, fevereiro de 2012. 3. CFESS. Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. YASBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. In: Serviço Social e Sociedade, nº 95, Ano XXIX, setembro, 2008. 2. IAMAMOTO, Marida V. Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 2007. 3. SCHERER, Giovane Antônio. Serviço Social e Arte – Juventudes e Direitos Humanos em cena. Cortez: São Paulo, 2011. 	

Disciplina: Teoria Política	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 2º
<p>Ementa: História e desenvolvimento da teoria política no pensamento moderno. As diferentes concepções de Estado e as relações de Estado e sociedade sob a análise dos clássicos da política moderna: Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx, Lênin e Gramsci.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. WEFFORT, F. C. (org.). Os clássicos da política. S. Paulo, Ática, 2 vols., 1989. 2. COUTINHO, C. N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008. 3. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BELLAMY, R. Liberalismo e sociedade moderna. S. Paulo, UNESP, 1994. 2. BOBBIO, N., Bovero, M. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo, Brasiliense, 1987. 3. COUTINHO, C. N. Contra a corrente. S. Paulo, Cortez, 2000. 4. BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. S. Paulo, Brasiliense, 1990. 	

Disciplina: Introdução ao trabalho científico no Serviço Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:----	Período: 2º
Ementa: Condições históricas e sociais do surgimento do pensamento científico. As diferenças entre conhecimento científico e senso comum e a relação sujeito/objeto. A teoria, o método e a pesquisa na construção do conhecimento científico. O Serviço Social e suas relações com as Ciências Sociais. Metodologia do trabalho científico.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. BOMENY, H., Birman, P. (orgs.). As assim chamadas ciências sociais. Rio de Janeiro, UERJ/Relume-Dumará, 1991, parte III.2. LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. S. Paulo, Cortez, 1994.3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. S. Paulo, Cortez, 2000.4. SOUZA FILHO, R. Apontamentos sobre o materialismo dialético. In: Revista Libertas, V.2 N.2. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2002.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. S. Paulo, Pólis, 1982.2. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. Porto, Afrontamento, 1992.	

Disciplina: Legislação Social aplicada ao Serviço Social	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:----	Período: 2º
<p>Ementa: A Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais no Brasil. Organização dos poderes e a ordem social. Os direitos sociais, a legislação social e a articulação com o Projeto Ético Político da profissão.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. 2. _____. Lei 1074, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2004. 3. _____. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 169º da Independência e 102º da República. 4. COLETÂNEA DE LEIS. 3.ed., um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. CRESS 6ª região, 2004. 5. SIMÕES, Carlos. Legislação do Serviço Social. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. 15.ed. São Paulo, 2009. 2. CARVALHO, Alysson. Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG; PROEX, 2002. 3. COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 4. SILVA, Ademir Alves. Gestão da seguridade brasileira: entre a política pública e o mercado, São Paulo: Cortez, 2004. 5. VIEIRA, Evaldo. Direitos e política social. São Paulo: Cortez, 2004. 	

Disciplina: Antropologia Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 2º
<p>Ementa: A Antropologia Cultural. Imersão e Observação participativa. Propostas Metodológicas da Antropologia. Diversidade Cultural no Brasil: os saberes e os fazeres locais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, José Carlos de Paula. Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico. Rio de Janeiro: Imago, 1990. 2. DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 3. MELO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1995. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARROS, Myriam Moraes Lenir de. Até onde vai o olhar antropológico. In: ILHA. Florianópolis, v.6, nº 1 e 2, julho/2004. 2. DA MATTA, R. O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. 3. LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. 4. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico. Brasília: Tempo Brasileiro, 1988. 5. VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade complexa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 	

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social II	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: FTMSS1	Período: 3º
<p>Ementa: Bases da crise do Serviço Social tradicional no Brasil e América Latina nos anos de 1960. Movimento de Reconceituação na América Latina.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Revista Serviço Social e Sociedade. N.24, 1987 2. NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil, pós-64. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998. Capítulo 1. NETTO, J.P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade. N.84, 2005. 3. SANTOS, L.L. A relação teoria-prática no trabalho social: método BH. SANTOS, L.L. Textos de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CBCISS, Documento de Araxá. Debates Sociais, 1967. 2. _____, Documento de Teresópolis. Debates Sociais, 1970. 3. SILVA, M.G.O. Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana. São Paulo: Cortez, 1982. 	

Disciplina: Pensamento Social I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: TP	Período: 3º
<p>Ementa: Economia política clássica. Economia política crítica. Os fundamentos do modo de produção capitalista: processo de trabalho, criação de valor, lucro e mais-valia, acumulação e exploração do trabalhador. Panorama do desenvolvimento do capitalismo ao longo da história: concorrencial, monopolista, keynesianismo e neoliberalismo.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MARX, K.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008. 2. NETTO, J.P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução Crítica. São Paulo, Cortez, 2006 3. MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro I, vol. 2, 1968, cap. XXIII (“A lei geral da acumulação capitalista”). 4. COUTINHO, C.N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MANDEL, E. O capitalismo tardio. S. Paulo, Abril, 1983. 2. HARVEY, D. Condição pós-moderna. S. Paulo, Loyola, 1996. 3. HOBBSBAWM, E. J. Era dos extremos. S. Paulo, Cia. das Letras, 1999, parte 2. 	

Disciplina: Psicologia Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 3º
<p>Ementa: Estudos dos pressupostos teóricos básicos da Psicologia Social e sua relação com a conquista da cidadania, abordando a multideterminação social e psicológica da constituição da subjetividade humana; o processo de socialização e as principais agências socializadoras – família, escola, trabalho e mídia; a construção da identidade social; a relação entre subjetividade e sociedade.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003. 2. GODO, Wanderley (org.) LANE, Silvia, T. M. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. 3. BONFIM, E. M. e Machado, M. N. Em torno da psicologia social. Belo Horizonte, Ed. Autores, 1987. 4. JACQUES, Maria da Graça Correa (org.). Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. 5. BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAREMBLITI, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998. 2. LANE, Silvia, T. M. O que é Psicologia Social. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 3. ROBERT, M. Farr. As Raízes da Psicologia Moderna. Petrópolis: Vozes, 1996. 4. BASTOS, Rogério Lustosa. Obra de Arte e Vida: psicologias sociais, diferentes subjetividades na estética da existência. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 2001. 5. CARVALHO, I. M. Introdução à psicologia das relações humanas. RJ: FGV, 2000. 6. SARRIERA, Jorge; SAFORCADA Enrique Teófilo. Introdução à Psicologia Comunitária. Porto Alegre: Sulina, 2010. 	

Disciplina: Questão social e particularidades regionais	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 3º
<p>Ementa: A questão social no Brasil contemporâneo, na intercorrência de concentração de propriedade e de riqueza. Exploração do trabalho e desigualdade social. Questão social e lutas de classes. Questão social e particularidades regionais. Expressões da questão social em Carangola e região.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alves, M. H. M. Estado e oposição no Brasil. 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1987. 2. Cohn, A. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania”, <i>in</i> Mota, C. G. (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo, SENAC/SESC, vol. 2, 2000. 3. Ianni, O. A idéia de Brasil moderno. S. Paulo, Brasiliense, 1992. 4. Koval, B. História do proletariado brasileiro. S. Paulo, Alfa-Ômega, 1981. 5. Santos, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Santos, W. G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 2. Carelli, Rogério. Efemérides Carangolenses (1827-1959). Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2002. 	

Disciplina: Oficina de Pesquisa em Serviço Social I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ITCSS	Período: 3º
Ementa: A pesquisa como prática fundamental do Serviço Social. A construção do conhecimento a partir da investigação científica em sua processualidade. A elaboração do projeto de pesquisa: pesquisa bibliográfica, definição do objeto de estudo, objetivos, referencial teórico e a definição da metodologia.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. MINAYO, M^a Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. 26.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. Cap. 1 e Cap. 2.2. LIMA, T. C. S. de, MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: Revista Katálises, v. 10. Florianópolis, 2007.3. GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. MARSIGLIA, Regina M. G. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: UNB, CEAD, 2001.2. CHAUI, Marilena. As Ciências. In: CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.	

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social III	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: FTMSS2	Período: 4º
<p>Ementa: A consolidação da ruptura com o Serviço Social tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980: apresentação e análise do significado sócio-histórico da profissão: alterações no debate sobre o Estado e as políticas sociais; referências teóricas para atuação profissional. O debate sobre a profissão na década de 1990: transformações societárias e Serviço Social; mudanças no mercado de trabalho: diretrizes curriculares para a formação acadêmica e consolidação da ruptura no âmbito jurídico-normativo (Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93).</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 2. FALEIROS, V.P. A política social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez. 12. Ed., 2008. 3. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade N. 50. São Paulo: Cortez, 1996. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2001. 2. NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991. 3. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 29 – 69) 4. FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 12. Ed., 2009. 5. MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo: Cortez editora, 6.ed. ampliada, 2010. Cap. 1, 3, 4 e item final. 	

Disciplina: Trabalho e sociabilidade	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PS1	Período: 4º
<p>Ementa: A discussão do trabalho como fundante do ser social. A temática do trabalho, da práxis e da alienação. A configuração do trabalho no modo de produção capitalista. As formas históricas de organização e gestão do processo de trabalho. Metamorfoses no mundo do trabalho e as transformações contemporâneas da questão social. O debate contemporâneo sobre a crise da sociedade do trabalho.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 2. BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010. 3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, jan/jul. 2001. 4. MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad.: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010, p.79-89. 5. NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, jan/jul. 2001. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.ed. Campinas, SP:Cortez, 2007. 2. HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2004. 3. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 1, vol. 1, 1968, cap. 5º (“Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia”). 4. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social & Sociedade, n.50, Ano XVII. São Paulo: Cortez, abril 1996. 	

Disciplina: Estado, Classe e Movimentos Sociais I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 5º
<p>Ementa: O Estado moderno na reflexão marxiana. As classes sociais no capitalismo e o surgimento da questão social. As organizações clássicas dos trabalhadores: partidos e sindicatos. O Estado no cerne da mundialização do capital, as mudanças no mundo trabalho e na conformação da classe trabalhadora.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Antunes, Ricardo L. C. O que é sindicalismo. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 2003. 95 p. il. (Coleção primeiros passos, 24) 2. MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 3. GRUPPI, L. Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. LPM Editores: Porto Alegre, 1983. Parte I. 4. ANTUNES, R. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? Revista RET, Ano II, n 3. Campinas: Unicamp, 2008. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IANNI, Octávio (Org.). Karl Marx - Sociologia. São Paulo : Ática, 1980 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). 2. ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010. 	

Disciplina: Política Social e Serviço Social I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 4º
<p>Ementa: As origens da política social e as diferentes interpretações sobre seu surgimento e significado. O Estado de bem estar. Os diferentes tipos de <i>Welfare State</i>. Cidadania moderna, direitos sociais e política social. Fundo público, crise do Welfare State e a política social no neoliberalismo.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BERHING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2008. 2. Netto, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. S. Paulo, Cortez, 1996. 3. SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. POTYARA, A. P. Pereira. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 2. Marshall, T. H. Política social. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 3. LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (org). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995. 	

Disciplina: Oficina de Pesquisa em Serviço Social II	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OPSS1	Período: 4º
Ementa: Implementação do projeto de pesquisa: elaboração dos instrumentos de coleta de dados e análise dos resultados da pesquisa de campo.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. MINAYO, M^a Cecília de Souza (org.). de S. Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. 26.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. Cap. 3 e Cap. 4.2. LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa – uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.3. NETTO, José Paulo. Notas para discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. In: A Metodologia no Serviço Social, Cadernos ABESS n°03, São Paulo: Cortez,1989.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. SETUBAL, Aglair A. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2008.2. HAGUETE, Maria Tereza Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Vozes: Petrópolis - RJ, 1992.	

Disciplina: Ética e Serviço Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 5º
<p>Ementa: Distinção entre ética e moral. A atualidade do debate ético e código de ética profissional vigente. Dilemas ético-morais no exercício profissional. Projeto ético-político do Serviço Social.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética: fundamentos sócio históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, Vol. 4). 2. COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 3. BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRITES, M. Cristina & BARROCO, M. Lucia. A centralidade da ética na formação profissional. In: Revista Temporalis v.1, n.2. Brasília: ABEPSS, 2000. 2. BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001. 3. _____. A dimensão ético-política do ensino e da pesquisa em Serviço Social, Temporalis (Brasília), v. 19, p. 161-169, 2010. 4. FORTI, Valeria, BRITES, Cristina Maria. Serviço Social e direitos humanos: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 5. TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: Revista Presença Ética, ano 2, n. 2, v. 2 GEPE: UFPE : Recife, 2002. 	

Disciplina: Serviço Social e Processo de Trabalho	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 5º
<p>Ementa: Serviço social como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva, das novas formas de organização e gestão do trabalho e das relações entre o público e o privado. A reforma do Estado e repercussões no exercício profissional: a mercantilização e refilantropização do social. O Assistente Social como trabalhador: condições, relações e processos de trabalho. Competências e atribuições do assistente social.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009. 2. CFESS. Atribuições privativas do(a) assistente social - em questão. Brasília, fevereiro de 2012. 3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. IAMAMOTO, Marilda, Vilela. Trabalho e Indivíduo Social. São Paulo: Cortez, 2001. 2. SERRA, Rose. Espaços Ocupacionais e Serviço Social – Ensaio Crítico. SP:Paco Editorial, 2012. 3. SERRA, Rose. Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez. PETRES-FSS/UERJ, 2001. 	

Disciplina: Estado, Classe e Movimentos Sociais II	
CH semestral: 72/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ECMS2	Período: 5º
<p>Ementa: As concepções de Estado e sociedade civil em Gramsci. Os movimentos sociais como espaço de construção de contra-hegemonia e o papel do intelectual orgânico. O surgimento e configuração dos “novos” movimentos sociais na contemporaneidade. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 2. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011. 3. ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETTO, M.L. Movimentos sociais e Serviço Social - uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GRUPPI, L. Tudo começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. LPM Editores: Porto Alegre, 1983. Parte II. 2. WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010. 	

Disciplina: Política Social e Serviço Social II (Assistência e Previdência Social)	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PSSS1	Período: 5º
<p>Ementa:Política social no Brasil. A relação histórica entre o estado e a sociedade no Brasil e a conformação da política social. A política social pós 1930: “cidadania regulada” e “cidadania invertida”. Previdência Social no Brasil e a ação do Estado. A ditadura militar e a política social: a americanização perversa. A Constituição Federal de 1988 e as consequências para a política social. Neoliberalismo e política social no Brasil. A Assistência Social como política pública. A centralidade da Assistência social nos anos 2000. A previdência social hoje, tendência e privatização.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história.Biblioteca Básica Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2008 2. MOTA, Ana Elizabeth. Cultura da Crise e Seguridade Social no Brasil. Um Estudo sobre as tendência da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. 3. SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez,2009. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Riode Janeiro: Ed. Revan, 1998 2. MOTA, Ana Elizabeth. O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. 	

Disciplina: Instrumentos e técnicas de intervenção profissional	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 5º
<p>Ementa: A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social. Os conteúdos dessa dimensão na trajetória da profissão. O instrumental técnico-operativo do serviço social: observação, linguagem, escuta e registro. Experiências de utilização de instrumentos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>As dimensões da intervenção:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SANTOS, Cláudia Mônica dos. “As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social”. In: Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003. 2. GUERRA, Yolanda Demétrio. A Dimensão Técnico-operativa do exercício profissional. IN: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. <p>Instrumentos e Técnicas</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. TRINDADE, Rosa L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais IN: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. 4. SANTOS, C. M. E NORONHA, Karine. “O Estado da Arte sobre os Instrumentos e técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma perspectiva crítica”. IN: GUERRA, Y E FORTI, V. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010. 5. VASCONCELOS, Ana Maria de. “Serviço Social e Prática Reflexiva”. In: Em Pauta-Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ- n.10. Rio de Janeiro, 1997. <p>Documentação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. MATOS, Maurílio Castro de. Serviço Social, Ética e Saúde – reflexões para o exercício profissional. Cap. 3. Págs 109 a 140. São Paulo: Cortez editora, 2013. 7. Lima; MIOTO; DAL PRÁ. “A Documentação no Cotidiano da Intervenção dos Assistentes Sociais: algumas considerações acerca do diário de campo”. In: Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v.6 n.1 p. 93 a 104, 2007. 8. PITARELLO, Marli. A Documentação Profissional em Questão. O Registro da Prática Profissional. Mimeografado. <p>Laudos e Pareceres</p>	

9. CFESS (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. Cortez Editora e CFESS, 2003.
10. _____ Legislações e Resoluções sobre o Trabalho do (a) Assistente Social. Brasília:CFESS, 2011.
11. FÁVERO, E. Dahmer, T. “As Implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social”. In: **Revista em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico**. CRESS-7º.r.(RJ)/Programa de Pós-graduação da UERJ-RJ. Maio/2004.
12. MIOTO, Regina. “Perícia Social: Proposta de um percurso operativo”. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 67

Entrevistas

13. VELOSO, LAÍS P. “Processo de Trabalho do Serviço Social (do despreparo teórico técnico as transgressões do ofício)”. IN: **Em Pauta**, n. 06, 1995.
14. SILVA, Jurema Alves Pereira da. **O Papel da Entrevista na Prática do Serviço Social**. In. Em Pauta n. 06. Rio de Janeiro, 1995.
15. VELOSO, Lais Helena P. **A Prática Invisível do Serviço Social** (sobre o uso da técnica). Texto III: A Dor de Cabeça. UERJ/2004, mimeo.

Reuniões

16. EIRAS, Alexandra A.L.T.S A Intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

Visita Domiciliar

17. PITARELLO, Marli; OLIVEIRA, I.M.C. Isaura. **Visita Domiciliar**. Mimeografado

Bibliografia Complementar:

1. SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.
2. _____. “A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social”. In CRESS - 6ª Região. **Revista Conexão Geraes** nº3, Ano 2, 2º semestre de 2013.
3. SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: Elementos para uma Rediscussão**. Cap.: III. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1994.

Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ESS/SSPT	Período: 6º
<p>Ementa: Análise institucional, compreensão das formas gerenciais do processo de trabalho dos assistentes sociais (observação do campo de estágio). Caracterização da instituição e população usuária.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social: fundamentos e historia. São Paulo: Cortez. 2011. 2. GUERRA, Yolanda, FORTI, Valeria. Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011. 3. IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil. São Paulo: Cortez. 2011. 4. FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. São Paulo, Cortez, 1991. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SOUZA, Herbert Jose de. Como se faz analise de conjuntura. Petrópolis: Vozes. 2009. 2. MACÊDO, M de A. Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica. In: Revista O Social em questão, nº 4. Rio de Janeiro: PUC, 1999. 3. DEMO, Pedro. Pobreza da pobreza. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003. 4. FERNANDES, M., SILVA, M., JOANINI, S. Plantão em Serviço Social: elementos para reflexão. In: Cadernos de Serviço Social nº 13. Campinas: Faculdade de Serviço Social/PUCAMP, n. 13, 1998,p. 52-60. 	

Disciplina: Estatística	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 6º
<p>Ementa:A aplicação da estatística para a pesquisa em Serviço Social. Indicadores sociais (IBGE, IDH, GINI). Fases do trabalho estatístico. Noções de técnicas de amostragem. Introdução a estatística básica. Distribuição de frequência e apresentação gráfica. Medidas de posição e dispersão, medidas de assimetria e curtose. Teorias de estimação. Testes de hipóteses.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 6 ed. Florianópolis: UFSC, 2006. 2. CRESPO, Antônio. Arnot. Estatística fácil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 3. PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de Dados Qualitativos – Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: Edusp, 2006. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BUNCHAFT, G.; KELLER, S. R. O.; HORA, L. H. M. Estatística sem mistérios. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 2. DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística Aplicada. São Paulo: Saraiva, 2002. 3. FREUND, John E. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 11 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 4. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando o Excel. 4 ed. São Paulo: Lapponi, 2005. 5. NEUFELD, John L. Estatística aplicada à Administração: usando Excel. São Paulo: Pearson, 2009. 	

Disciplina: Política Social e Serviço Social III (Saúde)	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PSSS1	Período: 6º
Ementa: A Construção histórica da política de Saúde: a reforma sanitária e o Sistema único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. A mercantilização na saúde.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. MOTTA, Ana Elisabeth. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.2. VIANA, Solon Magalhães. A Seguridade Social e o SUS: revisitando o tema. Saúde e Sociedade v.14, n.1, p.7-22, jan-abr, 2005.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL, Lei Orgânica da Saúde (Leis 8.080 e 8142/90)2. BRAVO, Maria Inês Souza. As políticas brasileiras de Seguridade Social: saúde. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Mod. 1. Brasília, DF: CFESS:ABEPSS:CEAD: Ed. UNB, 1999.	

Disciplina: Laboratório de Intervenção profissional	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ITIP	Período: 6º
<p>Ementa: Vivência de situações, técnicas, instrumentais e o desenvolvimento de habilidades.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 2. MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O Trabalho com grupos em serviço social. A dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2010. 3. SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010. 4. SILVA, Jurema Alves Pereira da. O Papel da Entrevista na Prática do Serviço Social. In. Em Pauta n. 06. Rio de Janeiro, 1995 <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CFESS (Org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. Cortez Editora e CFESS, 2003. 2. SCHERER, Giovane Antônio. Serviço Social e Arte – Juventudes e Direitos Humanos em cena. Cortez: São Paulo, 2011. 	

Disciplina: Análise Institucional	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 6º
<p>Ementa: A instituição e seus sistemas de poder. O estudo das instituições sociais considerando a análise da sociedade capitalista. O espaço profissional do Serviço Social e a correlação de forças. A análise institucional. A análise de conjuntura como instrumento de reconhecimento da realidade. As estratégias de ação profissional frente a realidade conjuntural.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BISNETO, José Augusto. A análise institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). Saúde mental e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2000. 2. FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez, 1985. 3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. S. Paulo, Cortez, 1992. 4. _____. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, São Paulo: Cortez, 2007. 5. SOUZA, Herbert. Como fazer análise de conjuntura. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ABREU, Maria Maciel. Serviço Social e Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional. Cortez, 2002. 2. FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997. 3. FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n.101, p. 40-64, jul./mar. 2010. 4. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História das violências nas prisões. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 5. WEISSHAUPT, Jean Robert (org.). As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985. 	

Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social I	
CH semestral: 144h/a	CH semanal: 8h/a
Pré-requisito: ESS/SSPT	Período: 6º
Ementa: Análise institucional, compreensão das formas gerenciais do processo de trabalho dos assistentes sociais (observação do campo de estágio). Caracterização da instituição e população usuária. Objetivo: Inserção no campo de estágio, compreendendo o seu quadro institucional e os serviços ali desenvolvidos.	
Bibliografia	

Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional II	
CH semestral: 144h/a	CH semanal: 8h/a
Pré-requisito:OTP 1	Período: 7º
Ementa: Definição do objeto de intervenção e construção do projeto de intervenção.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. São Paulo: Cortez. 2010.2. IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 2011.3. _____. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez. 2011.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2009.2. RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 de 13 março de 1993 – O Código de Ética profissional do Serviço Social.3. TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. In: Revista Temporalis, n. 4. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2002. p. 21-42.	

Disciplina: Planejamento em Serviço Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 7º
<p>Ementa: Teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. A lógica do mercado no planejamento e na gestão social. Novas exigências da gestão pública: orçamento público, fundo público e a destinação dos recursos para as políticas sociais. O papel do planejamento no Serviço Social. Concepção e metodologia no planejamento estratégico e participativo. Instrumentos e técnicas para elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos na área do Serviço Social.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Atlas, 1981. 2. FILHO, Rodrigo de. Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011. 3. FURTADO, Paulo; GOIAS, Jussara de. Orçamento público: desvendando a caixa preta. Brasília: INESC, 1994. 4. RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In.: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). Serviço Social e Saúde. São Paulo: Cortez, 2006, p.73-87. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BATTINI, Odária. Política e Planejamento Social: decifrando a dimensão técnico-operativa na prática profissional. Curitiba, 2007. 2. BONDER, Cíntia. O Assistente Social e o Planejamento Participativo. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 78, SP, Cortez, 2004. 3. DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. Revista USP, São Paulo, n.17, 1993, p.87-101. 4. FRITSH, Rosângela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? Revista Serviço Social & Sociedade, nº 52, SP, Cortez, 1996. 5. PARO, Vitor. Administração escolar: introdução crítica. 9.ed. São Paulo, Cortez, 2000. 	

Disciplina: Direitos Humanos	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 7º
<p>Ementa: Concepções dos direitos humanos. O debate dos direitos humanos no Brasil. Garantias formais dos direitos humanos no Brasil e sua efetividade.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alves, José Augusto Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo, Perspectiva, 1994. 2. Bobbio, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 3. Dornelles, João. Ricardo W. O que são direitos humanos. S. Paulo, Brasiliense, 1988. 4. Goffredo, G. (org.). Direitos humanos: um debate necessário. S. Paulo, Brasiliense, 1989. 5. Lesbaupin, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis, Vozes, 1984. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Marshall, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 2. Raichelis, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. S. Paulo, Cortez, 1998. 3. Santos, W. G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 4. Souza Filho, R. "Conselhos deliberativos: neocorporativismo brasileiro?", <i>in</i> Diniz, A., Cunha, J. R. (orgs.). Direitos humanos, democracia e senso de justiça. Rio de Janeiro, Litteris, 1999. 5. Velho, G., Alvito, M. (orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996. 	

Disciplina: Pensamento Social II	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 7º
<p>Ementa: As formulações de corte conservador e crítico dos pensadores brasileiros acerca de: classes sociais no Brasil, cultura e identidade nacional, questão social e projeto popular para o Brasil. A apreensão do pensamento social brasileiro a partir do tratamento de diferentes autores sobre classes sociais, poder e cultura no Brasil.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 191-219. 2. IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In Pensamento Social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004, p. 67-74. 3. SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Capitalismo dependente e luta de classes em Florestan Fernandes. In: Entre a Nação e Barbárie; os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999; p 129-166. 4. IANNI, Octavio. Raça e povo. In Pensamento Social Brasileiro. Bauru: EDUSC, 2004, p 123 a 153. 5. BENJAMIN, Cesar et all. A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 147-176. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CHAUI, Marilena. O mito fundador. In:Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 57-87 2. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 	

Disciplina: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ESSI 1 / OPSS2	Período: 7º
Ementa: Estudo do referencial teórico-metodológico necessário ao desenvolvimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Elaborar, a partir das referências teórico-metodológicas necessárias, o projeto do trabalho de conclusão de curso.	
Bibliografia: (A ser definida com o aluno, dependendo do objeto de investigação ou sistematização).	

Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social II	
CH semestral: 114h/a	CH semanal: 8h/a
Pré-requisito: ESSS 1	Período: 7º
Ementa: Definição do objeto de intervenção e construção do projeto de intervenção. Objetivo: Desenvolvimento de atividades no campo de estágio, formulando um projeto de intervenção profissional.	
Bibliografia	

Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional III	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OTP 2	Período: 8º
Ementa: Execução do Projeto de Intervenção: formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentais de trabalho, avaliação dos produtos de trabalho. Avaliação do projeto, impacto da atuação profissional junto à população. Construção do Relatório Final de Estágio.	
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none">1. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. Campinas, SP: Cortez/UNICAMP. 2007.2. IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez. 2011.3. PEREIRA, Potyara A. P. Política social temas e questões. São Paulo: Cortez. 2011.	
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none">1. SANTOS, Claudia Monica dos. Na Prática a Teoria é Outra? Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris, 20102. RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 de 13 março de 1993 – O Código de Ética profissional do Serviço Social	

Disciplina: História do negro e a questão racial no Brasil	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 8º
<p>Ementa: A história do negro no Brasil. Leis relacionadas à 'libertação' da escravidão no Brasil. A Cultura Negra No Brasil. O conceito de "raça", "etnia", e "branqueamento". Questão racial como questão social. A articulação entre as relações sociais de "raça", classe. A política do branqueamento e o mito da democracia racial brasileira. Legislação anti-racista e ações afirmativas no Brasil. Questão racial nas políticas sociais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 81. São Paulo: Cortez, 2005. 2. FILHO, J.B. O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2006. 3. BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. Estudo afro-asiático. Vol.24 Nº 2, Rio de Janeiro,2002. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF. Congresso Nacional. 2. _____. Lei n. 12990/2014. Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF. Congresso Nacional. 3. FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record. 34ªed. 1998 [1933]. 4. HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal (trad. Patrick Burglin). 1979. 5. PINTO, Elisabete Aparecida – O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial. São Paulo: Terceira Margem, 2003, 261p. 6. PAIXÃO, Marcelo J.P. – Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 159p. 	

Disciplina: Laboratório de Políticas Sociais Especiais	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: PSSS1	Período: 8º
Ementa: Panorama sobre políticas sociais setoriais. Análise das políticas sociais brasileiras: habitação; educação; trabalho; criança e adolescente; idoso; pessoa com deficiência; questão urbana e rural. A questão agrária no Brasil e Segurança na realidade brasileira atual.	
Bibliografia Básica:	
<ol style="list-style-type: none">1. ALMEIDA, N.L. Teixeira de. “Educação”. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.2. COSTA, L. F. C., Santos, R. (orgs.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.3. LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. S. Paulo, Martins Fontes, 1981.	
Bibliografia Complementar:	
<ol style="list-style-type: none">1. LIMA, J. A.F. As políticas públicas de Segurança no Brasil, 2010. Disponível em: http://www2.forumseguranca.org.br/node/229822. WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. São Paulo: ZAHAR, 2008.	

Disciplina: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OTCC1	Período: 8º
Ementa: Estudo do referencial teórico-metodológico necessário ao desenvolvimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Acompanhar a produção do trabalho de conclusão de curso.	
Bibliografia: (A ser definida com o aluno, dependendo do objeto de investigação ou sistematização).	

Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social III	
CH semestral: 144h/a	CH semanal: 8h/a
Pré-requisito: ESSS 2	Período: 8º
Ementa: Execução do Projeto de Intervenção: formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentais de trabalho, avaliação dos produtos de trabalho. Objetivo: Desenvolvimento de atividades no campo de estágio, executar o projeto e avaliar sua execução.	
Bibliografia	

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: Serviço Social, Família e Gênero	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: O estudo da família, sua historicidade e as novas organizações familiares na sociedade contemporânea. O conceito de gênero compreendido como uma construção social das diferenças sexuais e sua elaboração a partir do movimento feminista. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social. Família e gênero nas políticas sociais brasileiras e os desafios colocados para o Serviço social</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, Maria do C. B. de (org.). A Família contemporânea em debate. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. 2. VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org) Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. 5.ed., São Paulo: Cortez, 2011. 3. DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Família Famílias: Práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2011. 4. MIOTO, Regina Célia T. Família e Serviço Social. Contribuições para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 55, São Paulo, Cortez., 1997. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ENGELS, Phillipe. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 2. BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, [1949]. 3. BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia e SCALON, Celi. Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: Edusp, 2008. 	

Disciplina: Serviço Social e Terceiro Setor	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Discussão do conceito de “terceiro setor”. As alterações no mundo do trabalho. O surgimento do conceito no Brasil, a disseminação das ONG’s e a problematização dessa alternativa no âmbito das políticas sociais. O trabalho do Assistente Social neste modelo de instituição.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FERNANDES, Rubens Cezar. Privado Porém Público: Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 2. MONTANO, Carlos. Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente do padrão social. São Paulo: Cortez, 2005. 3. SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor – Regularização no Brasil. 4ª Ed. São Paulo: GIFE, 2006. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FIORIN, José Luis. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. (Des) Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 2. SOUZA FILHO, R. Gestão Pública e Democracia: A Burocracia em Questão. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. 	

Disciplina: Crise do Capital	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
Ementa: Discussões marxistas sobre as crises do capital. A relação dentre as crises do capital e o surgimento de novas expressões da questão social. As mudanças no mundo do trabalho e as novas expressões da questão social. As transformações da sociedade capitalista no início do século XXI. A crise de 2008 e suas consequências. Discussões sobre o fim do capital.	
Bibliografia básica:	
<ol style="list-style-type: none">1. KURZ, Robert. Com todo o vapor ao colapso. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.2. MESZAROS, István. Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009.3. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livros I, II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.	
Bibliografia Complementar:	
<ol style="list-style-type: none">1. IAMAMOTO, Marilda. O serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.2. OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.3. HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.	

Disciplina: Religião e Capitalismo	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: A relação dialética entre religião e capitalismo. Das “grandes navegações” a reforma protestante e a consolidação do modo de produção capitalista. A fase imperialista do capital e sua relação com a questão religiosa. As guerras mundiais e a formação de fronteiras nacionais com implicações para etnias e grupos religiosos. O século XX e o fundamentalismo islâmico sob uma visão crítica.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Introdução a Economia Política. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008. 2. WEBER, Max. Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 3. HOBBSBAWM, Eric. (2008). Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: O Breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2. LÊNIN, V.I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002. 	

Disciplina: Pensamento de Marx	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: O pensamento de Marx e a tradição do seu pensamento. As bases constitutivas do pensamento marxista, suas principais categorias e seu método interpretativo da sociedade capitalista. A dialética no pensamento marxista. A tradição marxista no século XX e as contribuições de Gramsci e Lukács para a compreensão do ser social na contemporaneidade. A sociabilidade pelo trabalho, consciência e classe social.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1975. 2. _____. A ideologia alemã. São Paulo: HUCITEC, 1996. 3. COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: Dualidade de Poderes. São Paulo: Cortez, 2008. 4. LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: Serviço Social e Sociedade - nº 52 - Ano: XVII - Dezembro de 1996. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo do seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 2. LÊNIN, Vladimir Ilich. Estado e revolução: o conceito marxista do poder. Biblioteca Universitária Diálogo - nº 1, Niterói: Diálogo, s.d. 3. LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria editora de ciências humanas, 1978. 	

Disciplina: Participação social e democracia participativa	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Panorama geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia. Teoria da democracia participativa e o debate sobre a participação na teoria democrática contemporânea. Participação social no Brasil: arranjos institucionais, atores sociais e sujeitos políticos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DAGNINO, E (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 2. _____, E.; OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. 3. _____, E.; TATAGIBA, L. Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argus, 2007. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, M. C. A. A participação social no Brasil hoje. São Paulo: Pólis, 1998. 2. CÔRTEZ, S. V.(Org.). Participação e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 3. GOHN, M. G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Editora Cortez, 2000. 4. PERISSINOTTO, A; FUKS, M. (Orgs.). Democracia, teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. 5. SANTOS, B. S. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 	

Disciplina: Pobreza e Cidadania	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Os vários conceitos e discussões da pobreza e da desigualdade no Brasil, as possibilidades e limites das políticas públicas no combate à pobreza, a questão da meritocracia e nas transferências de renda. As relações entre pobreza, desigualdade, discriminação racial e gênero. As principais consequências da pobreza, preconceitos e ausência de direitos sociais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a Assistência Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 2. VIEIRA, E. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004. 3. YAZBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ABRANCHES, S. H. Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 2. CODES, A. L. M. A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa. Texto para Discussão. IPEA: Brasília, 2008. 3. ROCHA, S. Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003 4. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 5. TELLES, V. S. Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001 	

Disciplina: Território e Política Nacional de Assistência Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período:-
<p>Ementa: Território e as expressões da questão social, a influência do urbano na disciplina de Serviço Social e a institucionalização da Política Nacional de Assistência Social.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria (Orgs). São Paulo: Contexto, 2013, p. 96-126. 2. CORREA, Lobato Roberto. O Espaço Urbano. São Paulo, Ed Ática, 1987. 3. BRASIL. Política Nacional da Assistência Social - PNAS. Brasília, Julho. 2004. 4. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria (Orgs). São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-37. 5. PEREIRA, Tatiana Dhmaer. Política de Assistência Social e Território: Um estudo à luz de David Harvey. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano e Regional. 2009, p. 141-194. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; BARRETO, Vera Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. Caderno Metrôpole. 2001, p. 251-273. 2. RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. São Paulo, Lua Nova, 2006, p. 13-48. 3. SILVA, Gustavo Resgala. O papel do Estado na produção da periferia Norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, Santa Luzia – RMBH. Mendonça, Jupira Gomes; Costa, Heloisa Soares de Moura (org). <i>Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro</i>. Belo Horizonte, 2011, p. 231-254. 4. SHIMBO, Lúcia Zanin. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. Mendonça, Jupira Gomes; Costa, Heloisa Soares de Moura (orgs). <i>Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção de do espaço urbano brasileiro</i>. Belo Horizonte, 2011, p.41-62. 5. SPOSATI, Aldaíza. Território e Gestão de Políticas Sociais. Revista Serviço Social. Londrina. Vol. 16, N. 01, 2013, p. 8-18. 	

Disciplina: Serviço Social e meio ambiente	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período:-
<p>Ementa: A influência do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o social em uma perspectiva histórica. As respostas da natureza às ações humanas, o aquecimento global e a proposta de desenvolvimento sustentável e a crítica. A responsabilidade do homem sobre o seu meio: leis e políticas públicas, responsabilidade social. A gestão ambiental e a ocupação dos espaços/território. A formação do sujeito ecológico: a conscientização, conservação e educação ambiental. O “lixo” na sociedade: o tratamento dos resíduos sólidos, os catadores e as organizações. O Serviço Social e o meio ambiente.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2014. 2. SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio éticopolítico ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012. 3. PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri (SP): Manole, 2011. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PÉREZ, A. G.; GÓMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V. Serviço Social e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 2004. 2. BARROS, R. T. V. Elementos de gestão de resíduos sólidos. Belo Horizonte (MG):Tessitura, 2012. 3. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 4. MENDES, R. C. L. O. O Social e ambiental na lógica do capitalismo. Franca-SP: UNESP, 2009. 5. SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2011. 	

Disciplina: Trabalho e identidade profissional	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Reflexão rigorosa sobre o discurso e a prática do serviço social em uma perspectiva histórico-crítica. A prática profissional cotidiana como núcleo fundante da reflexão.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2013. 287 p. 2. ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 407 p. 3. CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2007. 367 p. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 2. BRANDÃO, H. H. N.. Introdução à análise do discurso. 8. ed. 2002. (Coleção pesquisa) CASTORIÁDES, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 3. FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1973. 4. GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980. 5. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. 7. ed. Lisboa, Presença, 1987 6. HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classe. Espaços e Debates. São Paulo: Cortez, 1982 7. _____. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.5. 8. MACHADO, José Pais. Vida cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2009. 9. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 128 p. (Questões da nossa época; v. 7). 	

Disciplina: Instrumentalidade do Serviço Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: Nenhum	Período: -
<p>Ementa: A instrumentalidade do Serviço Social. Condições de trabalho e respostas profissionais. Os instrumentos e as técnicas utilizadas pelo Serviço Social nas respostas às demandas de trabalho.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: editora Cortez, 2002. 2. IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992. 3. MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas; In: Serviço Social e Sociedade, nº 57. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAPTISTA, Mirian Veras. Planejamento social. São Paulo: Veras, 2000. 2. _____. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et. all. O uno e o múltiplo. São Paulo: Cortez, 1995. 3. SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Editora Lumen Júris, 2011. 4. _____. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. In: Revista Libertar, v.2, nº 2, jul/dez/2002. 5. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002. 	

Disciplina: Tópicos Especiais em Serviço Social	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
Ementa: Aberta	
Objetivo: Discutir questões emergentes da profissão de Serviço Social e as novas expressões da questão social no Brasil.	
Bibliografia Básica: (A ser definida pelo professor, dependendo da temática a ser discutida).	

Disciplina: Libras	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4 h/a
Pré-requisito: Nenhum	Período: -
<p>Ementa: Conceitos básicos sobre deficiência auditiva e o indivíduo surdo: identidade, cultura e políticas públicas. A Língua Brasileira de Sinais - Libras: história, características básicas da forma de estruturação da gramática e do vocabulário mais recorrente no cotidiano. A expressão visual-espacial.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinllingue da Língua de Sinais Brasileira Volume I e II. São Paulo, Edusp, Fapesp; Fundação Vitac, Feneis, Brasil Telecom, 2001 a e b. 2. FELIPE, Tânia. Libras em contexto: Curso Básico. Walprint gráfica e editora RJ, 2007. 3. GESSER, Audrei, LIBRAS?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GOLDFELD, Márcia. A criança Surda. São Paulo, Pexes, 1997. 2. FERNANDES, Eulália (org.) Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação 2005. 3. QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 	

Disciplina: Novas Tecnologias da Informação e Comunicação	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Informática e a Sociedade do conhecimento, Teoria da aprendizagem para era digital, Aprendizagem colaborativa, Novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação; Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); MOOC's; Designer Instrucional. O paradigma pedagógico da informática educativa. Informática como Ferramenta de Apoio à Aprendizagem; Softwares educacionais livres; Metodologias específicas para uso de recursos tecnológicos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Brito, Gláucia da Silva; Purificação, Ivonélia da. Educação e Novas Tecnologias. Editora Ibpeex, Brasil, 2.ed., 2008. 2. Moraes, Ubirajara Carnevale d.e Tecnologia Educacional e Aprendizagem. (Org.). Editora Queen, 2007. 3. Moran, José Manuel et.al. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Editora Papirus, 21.ed. 2013. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Freire Wendel (Org.) Tecnologia e Educação. As Mídias na Prática. Rio de Janeiro, Editora Wak, 2008. 2. Moraes, R. C. Educação à distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Editora Senac; 2010. 120p 3. TOFLER, Alvin. A terceira onda. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. 	

Disciplina: Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas	
CH semestral:	CH semanal:
Pré-requisito:	Período:
<p>Ementa: Processo de avaliação e seus aspectos metodológicos. Avaliação da política e de política social. Relevância e significado da análise e monitoramento. Construção de indicadores sociais. O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas. Relevância e significado da avaliação e do monitoramento.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BARREIRA, Maria Cecília Roxo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs) .Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE / PUC –SP, 2001. 2. BELLONI, Isaura. et.al.Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de nossa época, n. 75) 3. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 4.ed. Petrópolis:Vozes, 2000. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAPTISTA, Maria Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. 2.ed.São Paulo: Veras,2000. 2. CARNEIRO, C. B. L, COSTA, Bruno L. Diniz. Gestão Social: O que há de novo?. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004. 2v. 3. GANDIM, Danilo. A prática do Planejamento Participativo. 15.ed.Rio de Janeiro: Vozes, 2008 4. MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 5. RICO, Elizabeth Melo. (org.). Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: Educ Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 2000. 	

APÊNDICES

APÊNDICE A:

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º. O Estágio é atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional específico do Serviço Social, denominadas “campos de estágio” para o exercício profissional do Assistente Social, o qual pressupõe supervisão acadêmica por parte da Instituição de Ensino e Assistente Social dos quadros da organização denominada “campo de estágio”.

Art. 2º. As atividades de estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º. O Estágio Supervisionado concebe o processo de supervisão sistemática desenvolvida pela Coordenação de Estágio do curso de Serviço Social da UEMG, Professor Supervisor do curso de Serviço Social da UEMG, e Supervisor de Campo conforme Resolução N. 15, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares, a Lei N. 8.662, de 07/06/1993, de Regulamentação da Profissão, a Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 de Regulamentação de Estágio, a Resolução nº 273/93 que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e seu projeto ético-político Profissional.

§ 1º - O Estágio Supervisionado em Serviço Social da UEMG deverá ter duração de 432 h/a, sendo que 144 h/a serão destinadas as Oficinas de Supervisão de estágio em Serviço Social.

§ 2º - O docente da Instituição de Ensino que estiver ministrando a Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social é denominado Supervisor Acadêmico e o Assistente Social de campo, denominado, Supervisor de Campo.

Capítulo II Da Organização e Subordinação

Art. 4º.A Coordenação de Estágio é o órgão técnico-pedagógico de formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social e está diretamente subordinada a Coordenação de Curso e ao Colegiado de Curso de Graduação em Serviço Social.

§ Único –O Coordenador de Estágio será um docente assistente social indicado e homologado pelo Colegiado de Curso de Serviço Social, com duração de 02 (dois) anos de mandato.

Capítulo III Das Finalidades do estágio

Art. 5º - Constituem-se em finalidades do Estágio:

I – propiciar ao aluno condições técnico-operativas adequadas para a aprendizagem da intervenção profissional;

II – contribuir para a compreensão da unidade teórico-prática, a partir da articulação do conteúdo ministrado nas unidades temáticas com a prática profissional;

III – propiciar ao aluno a formação de atitude ética para o estabelecimento de critérios de atuação profissional, cujo valor maior esteja na satisfação das necessidades e defesa dos interesses e direitos da população usuária dos serviços sociais;

IV – propiciar ao aluno a formação de uma postura profissional crítica e reflexiva frente às diferentes realidades da intervenção do serviço social.

V - Oportunizar ao aluno atividade teórico-prática e ético-política, para o exercício de competências e habilidades técnico-operativas.

Capítulo IV

Da Definição e Competência dos Campos de Estágio

Art. 6º - Campos de Estágio constituem-se em espaços sócio-ocupacionais, concedentes de estágio, através de Termo de Convenio de estágio, previamente formalizado com a Unidade de Ensino. São denominados Campos de Estágio:

1 - Organizações privadas, governamentais, não governamentais e movimentos sociais, que contem em seu quadro de pessoal assistente social devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social e habilitado às funções de Supervisor;

2 - Programas, projetos e/ou serviços, na área social desenvolvidos pela Universidade do Estado de Minas Gerais e supervisionados por assistente social habilitado às funções de supervisor de campo;

3 - Serão aceitos como campo de estágio os locais de formação e gestão das políticas públicas e privadas, os locais que desenvolvem ações nas áreas: jurídica, educação, previdência, saúde, habitação e reabilitação, criança e adolescente, comunidade, terceira idade, entre outras demandas instituídas e instituintes, que possua Assistente Social;

4- Programas de pesquisa que contemplem as dimensões investigativas e interventivas no cotidiano da práxis profissional, que possuam em sua equipe um Assistente Social devidamente habilitada.

Art. 7º - São condições necessárias à abertura e manutenção de campo de estágio:

1. propiciar condições, juntamente com a IES, para o atendimento às finalidades do estágio;

2. o estabelecimento de convênio ou acordo com a IES que fixa as obrigações de ambas as partes;

3. que o supervisor de campo integre a equipe de supervisores junto ao Setor de Estágio por meio de participação nas reuniões de supervisores e demais eventos vinculados ao Curso de Serviço Social e à atividade de estágio.

Art. 8º- Constituem-se em competência dos Campos de Estágio:

1. designar profissional assistente social para realização da supervisão direta do estagiário (a);

2. estabelecer critérios para a seleção de estagiários (as);

3. oferecer condições para a efetivação do processo de formação profissional ao estagiário;
4. resguardar os referenciais éticos operacionais para a realização do estágio supervisionado.
5. encaminhar documentações pertinentes à convalidação do estágio supervisionado contido na matriz curricular do curso de serviço social.
6. constituir representante para participação em reuniões de supervisores e demais atividades, organizadas pela Coordenação de Estágio.

Capítulo V

Da Competência da Coordenação de Estágio

Art. 9º- Constitui-se em competência da Coordenação de Estágio:

1. efetuar o credenciamento dos supervisores acadêmicos;
2. efetuar o credenciamento de campo e seus respectivos supervisores;
3. efetivar abertura e fechamento de campos de estágio;
4. disponibilizar relação das Instituições Concedentes ao alunos estagiários;
5. encaminhar estagiário para o campo de estágio;
6. providenciar documentação pertinente a realização do estágio;
7. Propor modelos de formulários, bem como adequações nas normas do estágio;
8. encaminhar a Coordenação de Curso os dados relativos ao aproveitamento dos créditos referentes ao estágio supervisionado, segundo a matriz curricular,
9. coordenar as atividades da supervisão acadêmica;
10. organizar, por afinidade temática, grupos para acompanhamento da supervisão acadêmica;
11. elaborar calendário para as atividades de estágio e encaminhar ao Colegiado de Curso para aprovação;
12. convocar e coordenar as reuniões de supervisores acadêmicos, supervisores de campo e de estagiários;
13. Promover desenvolvimento de cursos, oficinas e encontros para capacitação de supervisores acadêmicos e de campo;
14. realizar visitas periódicas aos campos de estágio;
15. mediar situações/necessidades entre o supervisor acadêmico-supervisor de campo-estagiário e instituições de ensino e concedente de estágio;
16. acompanhar o cumprimento por parte dos supervisores de campo e estagiários dos

prazos de entrega da documentação pertinente, ao setor de estágio;

17. encaminhar junto a coordenação de curso e colegiado de curso questões referentes a atividade de estágio, bem como apresentar relatórios semestrais;

18. Manter organizadas as documentações pertinentes às atividades do estágio supervisionado.

Capítulo VI

Da supervisão Acadêmica e Supervisão de Campo

Art. 10º- A Supervisão Acadêmica constitui-se em momento da formação profissional que oportunizará o debate acerca da formação profissional, de forma a articular a dimensões teórico-metodológico. O professor Supervisor pertence ao quadro funcional do Curso de Serviço Social. São atribuições do Supervisor Acadêmico:

1. Orientar, acompanhar e avaliar o (a) aluno (a) em sala de aula de acordo com o calendário acadêmico com base nos conteúdos programáticos dos programas de Estágio Supervisionado I, II e III;
2. Visitar semestralmente, as instituições nas quais seus alunos estão realizando o estágio com vistas a orientação, avaliação e observação das condições objetivas de manutenção do campo;
3. Proceder à avaliação dos alunos de acordo com o instrumental adotado pela Coordenação de Estágio Supervisionado;
4. Subsidiar teórica e metodologicamente os estagiários e resguardar a dimensão ética inerente à formação e atuação profissional;
5. organizar grupos para discussões/debates acerca das temáticas pertinentes à área;
6. indicar bibliografia pertinente a temática estágio ou congêneres;
7. Registrar a avaliação atribuída ao aluno no sistema acadêmico levando em consideração a do Supervisor de Campo dentro do período estabelecido no calendário acadêmico;
8. Acompanhar o planejamento e a execução da proposta de estágio curricular supervisionado e apresentar sugestões por escrito;
9. Indicar instituições que apresente condições objetivas de convênio para fins de estágio;
10. Analisar o instrumental de avaliação e apresentar sugestões por escrito.

Art. 11º-A Supervisão de Campo é entendida como elemento da formação profissional que oportunizará a aproximação do aluno-estagiário às diversas possibilidades de articulação teórico-metodológica. Supervisor de campo é todo profissional, Assistente Social, designado pela instituição conveniada como campo de estágio, que irá receber e orientar as ações práticas do estudante.

§ Único - Tal atividade não estabelecerá relação trabalhista com a instituição de ensino, tendo em vista que receber e orientar estagiários em seu local de trabalho faz parte das atribuições do Assistente Social. São atribuições do supervisor de campo:

1. Conhecer o plano de estágio do Curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Carangola para orientar o (a) aluno (a);
2. Conferir o preenchimento da folha de produção do(a) aluno (a) e encaminhar assinada mensalmente ao supervisor;
3. Comunicar com antecedência ao supervisor o desempenho (bom ou não) do (a) aluno (a);
4. Realizar no final de cada semestre avaliação do (a) aluno (a) de acordo com o instrumental fornecido pela Coordenação de Estágio;
5. Participar da reunião dos supervisores e de eventos científicos e culturais voltados para a formação profissional como cursos, seminários, semanas, entre outros.
6. Registrar e controlar a frequência do (a) aluno (a) no campo;
7. Orientar e acompanhar o (a) aluno (a) no fazer profissional realizado no campo;
8. Oferecer referencial bibliográfico para o estagiário;
9. Planejar as atividades de estágio, sobretudo, carga horária específica para a supervisão do estagiário;
10. Apresentar a Coordenação de Estágio os documentos solicitados tais como: planos de estágio, relatórios, controle de carga horária dos estagiários, avaliações desempenho dos estagiários e outros que se fizerem necessários;

Capítulo VII **Das atribuições do Estagiário**

Art. 12º- O estagiário é entendido como aluno em formação, em momento específico e profícuo, em articulação com a matriz curricular do curso de Serviço Social. São atribuições do aluno-estagiário:

1. Entrar em contato com a Instituição concedente de vagas para estágio supervisionado, submetendo-se a processo seletivo, quando necessário;

2. Assinar Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da instituição de ensino;
3. elaborar sob a orientação do supervisor de campo e colaboração do supervisor acadêmico o plano de estágio no prazo estabelecido;
4. cumprir as atribuições previstas no plano de estágio, tendo como referencial o Código de Ética Profissional do Assistente Social.
5. comparecer pontualmente às atividades de estágio nas datas previstas e justificar ausências por escrito;
6. organizar diário de estágio para registro das atividades realizadas;
7. pautar suas ações relativas a supervisão, ao campo de estágio e à população usuária de seus serviços em conformidade com o Código da Ética Profissional do Assistente Social;
8. elaborar e entregar ao supervisor os documentos, relatórios e avaliações solicitados, nos prazos determinados, devidamente assinados pelo Supervisor de Campo e Supervisor Acadêmico.
9. apresentar aos supervisores e/ou Coordenação de Estágio problemas que possam comprometer a sua formação profissional para estudo de soluções cabíveis;
10. apresentar aos supervisores e/ou Coordenação de Estágio, necessidades de transferência de campo de estágio, quando for o caso;
11. cumprir a carga horária estabelecida para o desempenho das atividades.

Capítulo VIII

Do Encaminhamento do Estagiário no Estágio Supervisionado

Art. 13º- O encaminhamento do aluno ao Campo de Estágio será feito por meio de documentação própria, expedida pela Coordenação de Estágio.

§ Único – O estágio somente será reconhecido e considerado pra efeito de contagem de horas, após o cumprimento deste artigo.

Art. 14º- O encaminhamento dos alunos pelos campos de estágio dar-se-á da seguinte forma:

1. informação aos alunos, pelo Coordenador de Estágio, a respeito dos campos, respectivas vagas disponíveis e cronograma da distribuição, no início de cada semestre letivo;
2. escolha pelos alunos, dentro dos campos disponíveis, por ordem de preferência, dos campos que correspondam as expectativas e possibilidades;
3. informação aos alunos, pela Coordenação de Estágio, do cronograma da seleção;
4. a seleção dos alunos será realizada pelo supervisor de campo segundo critérios por ele estabelecidos;

§ Único – Caberá à Coordenação de Estágio interferir nos casos que não atenderem ao prazo determinado ou em outras situações.

Art. 15º- O aluno só poderá ser autorizado a mudar de Campo de estágio durante o mesmo semestre letivo, por razões técnicas, administrativas e/ou pessoais excepcionais, a critério da Coordenação de Estágio.

Art. 16º- Aos alunos em regime domiciliar será permitida a concentração das horas de estágio de forma planejada pela Coordenação de Estágio, juntamente com os supervisores de campo e acadêmico.

Capítulo IX

Da avaliação do Estágio Supervisionado

Art. 17º- A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do Estágio Supervisionado em todas as etapas será realizada pelo conjunto: supervisor acadêmico, supervisor de campo.

Art. 18º - A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do Estágio Supervisionado em Serviço Social (I, II e III) será realizada semestralmente pelo Supervisor de Campo e pelo Supervisor Acadêmico, sendo este último o responsável pela nota final do semestre, frente à Coordenação de Estágio.

Art. 19º - Será aprovado o aluno que:

- a) Tiver cumprido integralmente a carga horária de Estágio Supervisionado conforme matriz curricular do Curso de Serviço Social.
- b) Cumprir integralmente as atividades e avaliações propostas nos prazos previstos no Plano de Atividades do Supervisor acadêmico e do Supervisor de Campo, de modo satisfatório, e obtendo aprovação.
- c) Apresentar relatórios finais a Instituição de Ensino e Instituição concedente de Estágio.

Art. 20º. Ao final de cada período de estágio, o aluno inscrito na disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social deverá entregar a documentação exigida à Coordenação de Estágio. O processo de avaliação obedecerá aos seguintes critérios:

1. Avaliação do desempenho do estagiário será realizada ao longo de todo o programa em período semestral entre o supervisor acadêmico e de campo.
2. A avaliação final do estágio realizada pelo supervisor acadêmico e supervisor de campo, no estabelecimento considerado como campo de estágio, terá como

base as fichas padronizadas de avaliação permanente. No momento da avaliação o aluno será considerado apto ou não apto.

3. O aluno que for avaliado com não apto será considerado reprovado e terá que refazer a disciplina correspondente ao Estágio Supervisionado.

Art. 21°. A presença mínima a todas as atividades de estágio, para aprovação, é de setenta e cinco por cento (75 %) setenta e cinco por cento.

Capítulo X Da documentação

Art. 22°. A documentação utilizada durante todo o processo do Estágio Supervisionado será assim distribuída:

I - Administrativa:

- a) Convênio com as Instituições
- b) Carta de apresentação do estagiário
- c) Termo de compromisso
- d) Seguro de vida do estagiário

II - Técnica:

- a) Plano de Estágio;
- b) Relatório de Caracterização da Instituição;
- c) Projeto de Intervenção;
- d) Relatório de aplicação de Projeto de Intervenção;
- e) Relatório Final de Estágio
- f) Folha de Frequência do Estagiário
- g) Ficha de Avaliação do Supervisor Acadêmico;
- h) Ficha de Avaliação do Supervisor de Campo;
- i) Ficha de Visita de Campo
- j) Diário de Campo

Capítulo XI Das disposições transitórias

Art. 23°. O Estágio do aluno reger-se-á pelo presente Regimento de Estágio em Serviço Social.

Art. 24°. O presente Regulamento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 25°. Os casos omissos neste Regimento de Estágio serão encaminhados por escrito ao Colegiado do Curso de Serviço Social, a fim de serem deliberados em sessão extraordinária.

APÊNDICE B:

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) estão previstas nas resoluções CNE/CP 2/2002 e CNE/CES 2/2007 do Conselho Nacional de Educação, e constituem uma oportunidade de enriquecimento de currículo e uma complementação na formação dos acadêmicos do Curso de Serviço Social. As AACC constituem um espaço privilegiado de exercício de autonomia para o aluno compor seu currículo, incentivando e valorizando sua participação e integração na vida acadêmica (representação estudantil, pesquisa, extensão e ensino), possibilitando a construção de conhecimento e desenvolvimento de atitudes necessárias à formação do profissional crítico e reflexivo.

São atividades de caráter acadêmico, científico, técnico ou cultural à serem desenvolvidas pelos alunos, sendo portanto de sua livre escolha, respeitando-se porém as diretrizes fixadas no Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social. Para sua integralização curricular o educando precisa cumprir um mínimo de 144 h/a de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais ao longo do período em que estiver matriculado no curso. Não é permitido ao estudante cumprir a totalidade das horas exigidas em uma única atividade, nem tampouco em período inferior a três anos. Esse dispositivo será garantido com o estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste

Núcleo de Formação. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao educando o direcionamento e o cumprimento da carga-horária exigida.

O cumprimento da carga-horária exigida para as AACCs é de inteira responsabilidade do aluno, cabendo à Coordenação do Curso apenas o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, organizando o arquivamento da cópia dos documentos comprobatórios das atividades realizadas. Portanto, todos os documentos que o aluno dispuser sobre as atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do curso.

No final de todo semestre, a coordenação do curso emitirá um parecer justificando se as atividades foram ou não realizadas.

Os alunos que ingressarem por transferência fica também sujeitos ao cumprimento das normas, podendo solicitar ao Colegiado do Curso o cômputo da carga horária atribuída pela Instituição de origem, conforme estabelecido nestas normas.

Caberá ao Colegiado do Curso de Serviço Social a análise das solicitações de aproveitamento de atividades não previstas na relação abaixo.

O elenco das **AACC** previstas neste Projeto Pedagógico está dividido em dois grupos:

1. Atividades científicas e de extensão e representação estudantil;
2. Atividades culturais e esportivas

Abaixo estão relacionadas às atividades previstas em cada grupo, as formas de comprovação para que sejam aproveitadas e a correspondência em horas, para efeito de integralização curricular.

ATIVIDADES GRUPO 1	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Participação em eventos científicos	60	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em eventos de extensão	60	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em atividades de pesquisa	60	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Participação em atividades de extensão	60	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Realização de monitoria	45	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Representação em órgão colegiado e DA	30	De acordo com a participação confirmada em horas das reuniões
Participação em defesas dos trabalhos de conclusão de curso	30	Uma hora para cada apresentação assistida
Realização de estágio extracurricular relacionado à área de formação profissional	60	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Curso relacionado à área de formação profissional	45	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora.
Curso não relacionado à área de formação profissional	30	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador e realizados depois do ingresso na Universidade
Organização de eventos	30	Declaração emitida pela Coordenação do Curso
Organização e realização de cursos para a comunidade, relacionados diretamente à formação profissional	45	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador
Publicação de painéis em eventos científicos e/ou de extensão	30	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Apresentação oral de trabalhos em eventos científicos e/ou de extensão	30	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Publicação de artigos científicos em revista	30	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Participação em grupo de estudo	15	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador do grupo
ATIVIDADES GRUPO 2	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Visita a Museus, Feiras de Livros, Exposições e Teatro	45	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Eventos Esportivos	30	Carga horária atestada (atestado emitido pelo coordenador de curso)
Visitas Técnicas (Sindicatos, Movimentos Sociais e outros espaços pertinentes ao Serviço Social).	30	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)

Os alunos deverão vivenciar pelo menos quatro atividades diferentes ao longo do curso, sendo que esta carga horária deverá, ainda, ser cumprida de forma que 12

créditos (180 horas) sejam pertencentes ao Grupo 1, e os 4 créditos (60 horas) restantes sejam relativos ao Grupo 2.

A seguir modelo de relatório semestral a ser entregue na coordenação de curso para validar as AACC.

APÊNDICE C:

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Capítulo I Das Diretrizes Gerais

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG– Unidade Carangola.

Art. 2º - O TCC é uma exigência legal, amparada pela Resolução nº 15 de 13 de março de 2002 que dispõe sobre as diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, considerado-o como etapa conclusiva do processo de ensino/aprendizagem do graduando para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Art. 3º – A atividade de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – TCC, define-se como um trabalho dissertativo de autoria individual ou em co-autoria por três discentes a ser realizado no 7º e 8º períodos do curso, conforme as diretrizes curriculares vigentes.

Art. 4º - O tema do TCC é de livre escolha, desde que situado dentro do campo de atuação do assistente social e aceito pelo professor orientador. Para esta definição, o aluno poderá tomar como referências as linhas temáticas de pesquisa da ABEPSS, as linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social da UEMG - Unidade Carangola,

experiências em núcleos temáticos ou em projetos de pesquisa e de extensão da Universidade, bem como as experiências em estágio.

§ 1º – A atividade de TCC pode expressar-se em:

- I – Sistematização da experiência de estágio curricular supervisionado, embasada em pressupostos teórico-metodológicos, o que assegurará o seu caráter científico, por meio da confecção de uma monografia, utilizando a norma culta da língua portuguesa;
- II – Ensaio teórico e/ou exposição dos resultados de pesquisas: bibliográfica, documental, de campo, entre outras das ciências sociais aplicadas, por meio da confecção de uma monografia, utilizando a norma culta da língua portuguesa.

Art. 5º Os objetivos do TCC são:

I – GERAL:

- Habilitar os discentes para a prática de pesquisas e trabalhos científicos

II – ESPECÍFICOS:

- desenvolver um processo reflexivo que envolva a sistematização e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social e sua articulação ao Projeto Ético-Político Profissional;
- fomentar o reconhecimento do Serviço Social como produtor de conhecimento científico, desenvolvendo e ampliando a dimensão investigativa inerente da profissão.

Capítulo II Da Comissão Do TCC

Art. 6º – Será constituída uma Comissão que terá como finalidade principal a coordenação de todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, designada pelo colegiado de curso a cada dois anos letivos.

Art. 7º - Essa Comissão terá a seguinte formação:

- I – três representantes do corpo docente, sendo estes orientadores de TCC, tanto do ciclo comum como das unidades específicas do curso de Serviço Social;
- II – O professor da disciplina de Pesquisa em Serviço Social comporá a Comissão em caráter permanente.
- III - O Coordenador da Comissão de TCC será escolhido por seus integrantes, sendo que o mesmo ficará responsável para viabilizar e agilizar procedimentos inerentes à execução do presente regulamento.

Capítulo III **Do Coordenador Da Comissão De TCC**

Art. 8º - O coordenador da comissão de TCC será designado pelos de mais integrantes da Comissão e pelo Coordenador do Curso de Serviço Social, dentre os professores com titulação mínima de Mestre.

Art. 9º - Compete ao Coordenador da Comissão de TCC:

- I - acompanhar todas as atividades inerentes à realização dos trabalhos;
- II- responsabilizar-se pelos trâmites administrativos junto a Secretária Acadêmica, mantendo sempre informado o Coordenador do Curso;
- III - atender aos alunos, individualmente ou em grupos, no que se referem às orientações de caráter geral, prazos, normas ou regulamentos;
- IV - elaborar a listagem dos professores orientadores e respectiva área de pesquisa;
- V - encaminhar aos orientadores as relações dos discentes que lhes forem destinados;
- VI - manter o diálogo com os orientadores para a discussão das atividades inerentes ao processo de orientação e desenvolvimento do TCC;
- VII - garantir a efetivação do processo de orientação aos discentes;
- VIII - organizar o processo de realização do TCC, elaborando o respectivo cronograma;
- IX - organizar a apresentação oral do TCC e formação das Bancas examinadoras, juntamente com os demais membros da comissão.
- X – Zelar pela documentação e arquivo referente às atividades do TCC.

Art. 10º - É da competência do coordenador da comissão de TCC a resolução dos casos em que haja necessidade de mudança de orientador ou equipe de trabalho.

Art. 11º - O não cumprimento, pelo orientando, dos deveres estabelecidos neste regulamento, autoriza o professor-orientador a encaminhar, por meio de comunicação oficial ao Coordenador da Comissão de TCC, a situação para as devidas providências, como recondução da equipe ou do orientando para outro professor orientador ou adiamento da construção e defesa do TCC para o próximo semestre letivo em que haja orientação e banca.

Capítulo IV **Da Elaboração**

Art. 12º - O projeto de monografia a ser desenvolvido será encaminhado para o Comitê de Ética, pelo aluno e orientador, caso a proposta seja de pesquisa com seres humanos.

Capítulo V Da Orientação

Art.13º – O TCC será elaborado pelo(s) discentes(s) sob orientação de professores orientadores do Curso de Serviço Social, atendidas as exigências regulamentares e poderão ser orientadores todos os professores que compõe o curso de Serviço Social.

§ 1º - A Coordenação de TCC divulgará periodicamente a relação dos docentes disponíveis e suas respectivas áreas temáticas de estudo;

§ 2º - O professor orientador assumirá um número mínimo de TCCs, compatível com suas atividades acadêmicas, podendo a seu critério, orientar um número superior de trabalhos;

§ 3º - O Coordenador de TCC deverá definir um professor orientador para o aluno, de acordo com a linha de pesquisa e sua temática de estudo;

§ 4º - O processo de seleção dos alunos pelos orientadores dar-se-á mediante inscrição dos alunos e apresentação do projeto de pesquisa. Esse processo ocorrerá para todos os alunos do 6º período, conforme calendário acadêmico.

Capítulo VI Dos Professores Orientadores

Art. 14º - O processo de orientação para a elaboração do TCC deverá ser desenvolvido por professores do Curso de Serviço Social e quando for necessário e de acordo com o orientador, poderá ter a participação de um co-orientador, desde que seja professor do quadro docente da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Art. 15º - Compete ao orientador:

1. Orientar a elaboração do projeto da monografia, quando o aluno estiver cursando TCC I;
2. Orientar sobre a bibliografia referente ao tema;
3. Elaborar, com o aluno, o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
4. Orientar o discente em todas as etapas da elaboração do TCC, buscando rigor teórico-metodológico;
5. Informar ao aluno sobre os prazos relativos ao processo de elaboração do TCC;
6. Compor e presidir a banca examinadora do TCC, segundo a temática de estudo;

7. Sugerir à Coordenação do TCC a composição da Banca examinadora, definindo, conjuntamente, a data da apresentação pública do trabalho;
8. Comunicar à Coordenação o resultado da avaliação realizada pela banca, através da Ata da Banca Examinadora.
9. Orientá-lo a submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa antes de dar início a mesma;
10. Comunicar ao Coordenador da Comissão os casos de discentes que não cumpram prazos e tarefas;
11. Revisar os trabalhos, recomendando as correções e complementações necessárias;
12. Avaliar o desempenho do aluno, procedendo às anotações e observações pertinentes;
13. Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ficha de avaliação do aluno;
14. Observar e divulgar os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social;
15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste regulamento e no calendário acadêmico.

Art. 16º - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, e o orientador não será responsabilizado pela reprodução ilegal ou irregular de textos.

Capítulo VII

Da Apresentação e Entrega

Art. 17º – A apresentação do TCC seguirá as normas técnicas da ABNT.

Art. 18º – Compete ao orientando:

- 1 – Elaborar o plano e agenda das atividades de elaboração do TCC e apresentar ao orientador no prazo determinado, considerando que o projeto deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa;
- 2 – Comparecer aos encontros previstos com o orientador para a análise dos trabalhos e discussão de possíveis dificuldades, devendo justificar eventuais faltas;
- 3 - cumprir o calendário divulgado para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do TCC;
- 4 - entregar aos orientadores relatórios parciais de leitura ou sobre as atividades desenvolvidas, sempre que solicitado;

5 – Redigir o TCC respeitando o rigor científico que essa atividade requer: clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e correção ortográfica;

6 – Comparecer na data e local designado para entrega do trabalho;

7 - Entregar mediante protocolo a Coordenação de TCC, 03 (três) vias digitadas e impressas do TCC encadernadas em espiral, com 15 dias (quinze dias) de antecedência em relação ao momento da apresentação pública.

8 – Observar os princípios do Código de Ética Profissional.

9 - Acatar as recomendações da Banca Examinadora, observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;

10 – O aluno terá o prazo até 10 dias após a defesa para entregar o TCC com as devidas alterações indicadas pela banca examinadora à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ único – Todo TCC deverá trazer o nome do orientador e composição da banca examinadora.

Art. 19º – Os alunos portadores de diplomas de curso superior de outras áreas deverão elaborar normalmente o TCC ora regulamentado.

Parágrafo único: Após aprovação do trabalho pela banca examinadora o aluno deverá encaminhar à Biblioteca da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola 01 (uma) cópia impressa do TCC em capa dura verde/escuro e com gravação em dourado para a devida publicização dos resultados da produção e 01 (uma) cópia do mesmo em formato obrigatório para texto em PDF e salvo em um CD-ROM para a constituição de um banco de dados.

Capítulo VIII

Da Banca Examinadora e Da Avaliação

Art. 20º – A banca examinadora será composta pelo professor orientador, o qual presidirá a banca, professor vinculado ao curso de Serviço Social, outro membro que poderá ser professor do curso de Serviço Social da Unidade Carangola, professor das demais Unidades de Ensino da UEMG ou de outras Instituições de Ensino Superior.

I - O supervisor de campo de estágio curricular não deverá compor a banca examinadora, visto que esta é composta por docentes.

II - Em prazos previamente estipulados e divulgados, os professores orientadores deverão encaminhar a sugestão dos nomes dos membros das bancas, bem como o

nome do aluno, o título de sua monografia e suas temáticas afins. A Coordenação de TCC encaminhará a composição das bancas à Coordenação do Curso para formalização institucional das mesmas.

III - Cabe a Comissão do TCC a aprovação dos professores indicados para compor banca e a indicação de substitutos, no caso de impedimento dos titulares.

Art. 21º – Durante todo o processo o professor orientador observará a frequência do(s)aluno(s), o cumprimento de tarefas e a qualidade do material produzido,avaliando o trabalho como satisfatório ou insatisfatório, o que ocorrerá em dois momentos:

Primeiro – Quando se tiver cumprido 50% do período letivo em que o aluno estiver fazendo o TCC, caso o trabalho seja considerado insatisfatório pelo professor orientador, este deverá encaminhar a avaliação do aluno para a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, para que se decida se o aluno tem condições de apresentar o trabalho ainda no semestre em curso ou se deve ser adiado para o próximo semestre letivo em que houver orientação. Caso a Coordenação do TCC considere como possível apresentar o TCC no semestre em curso, estipulará um prazo de 30 dias para voltar a reavaliar o trabalho juntamente com o orientador.

Segundo – Trinta dias antes do prazo final definido para a entrega do TCC, se o orientador julgar o trabalho insuficiente, definirá junto à Coordenação de TCC que o trabalho só será avaliado no próximo semestre letivo em que houver orientação e banca de TCC.

§ 1º O prazo para entrega do Trabalho de Conclusão é de 15 dias antes do início das apresentações das bancas.

§ 2º Cada professor atribui uma nota de zero (0) a cem (100), sendo a nota final calculada pela média aritmética das notas e, para aprovação, a média final deve ser superior ou igual a setenta (70,0).

§ 3º A nota final da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser encaminhada pelo presidente da banca examinadora em forma de ata para a Coordenação de TCC.

§ 4º A apresentação pelo aluno terá a duração de 15 minutos a 20 minutos e de 20 minutos para a apreciação dos professores examinadores.

Art. 22º - A avaliação do conteúdo do TCC leva em conta os seguintes aspectos:

I – abrangência (local, regional ou nacional), atualização do tema e fontes usadas;

II - desenvolvimento claro e coerente do tema;

III – emprego de metodologia adequada e observação das normas técnicas;

IV – aplicação e interpretação de conhecimentos adquiridos no curso e estágios.

Capítulo IX Dos Prazos

Art. 23º Este regimento estabelece os seguintes prazos para inscrição, seleção, entrega e avaliação dos TCC's:

I – Para os alunos do 6º período:

- a) Apresentação do Projeto de Pesquisa a Comissão de TCC;
- b) Análise dos temas/objeto de pesquisa pelos orientadores e seleção dos alunos seguindo as linhas de pesquisa de cada orientador.
- c) Publicação do resultado da seleção orientador/aluno.

II – Para os alunos do 8º período:

- a) Entrega do TCC para revisão geral e parecer prévio do orientador;
- b) Devolução do TCC ao orientando: 10 (dez) dias após o recebimento;
- c) Entrega definitiva do TCC para a Coordenação de TCC do Curso de Serviço Social, conforme calendário acadêmico;
- e) Entrega das notas e pareceres dos examinadores: última semana do semestre letivo.

Capítulo X Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 24º – Verificando-se o descumprimento dos prazos estabelecidos neste Regimento o aluno não colará grau, podendo inscrever-se no semestre letivo em que houver orientação de TCC, obedecendo às normas gerais do Curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Carangola.

Art. 25º – Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pela Comissão de TCC, cabendo recurso ao setor competente e encaminhado ao Colegiado do Curso.

Art. 27º – Este Regulamento entrará em vigor após aprovação do Colegiado de curso do Serviço Social.

ÂPENDICE D: **MONITORIA**

REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE MONITORIA

Capítulo I Dos objetivos

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas à monitoria nas disciplinas do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola.

Art. 2º - Os objetivos da monitoria são:

- 1 - Desenvolver atribuições de caráter técnico-didático, desenvolvidas por discentes no âmbito de determinada disciplina, sob a orientação direta do respectivo docente;
- 2 - Favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica;
- 3 - Incentivar a melhoria do processo ensino-aprendizagem, promovendo a cooperação acadêmica entre alunos e professores.

Capítulo II

Da natureza das atividades de monitoria

Art. 3º -O monitor é admitido para dois períodos letivos, podendo haver renovação, mediante proposta do professor da disciplina, aprovada pelo Departamento;

Art. 4º- As atividades de Monitoria Acadêmica serão desenvolvidas durante o semestre letivo regular, sob a supervisão permanente do professor responsável pela disciplina, com carga horária semanal de doze (12) horas;

Art. 5º- A função de monitor acadêmico não gera vínculo empregatício com a instituição;

Art. 6º - O exercício da monitoria não isenta o acadêmico das atividades regulares do seu curso.

Capítulo III

Das responsabilidades do Monitor Acadêmico

Art. 7º - Cumprir as normas do Programa, bem como o plano de atividades a ele atribuído pelo professor-orientador;

Art. 8º - Colaborar com o professor na execução das tarefas didáticas;

Art. 9º - Ajudar e orientar os alunos em seus estudos e trabalhos teóricos ou práticos;

Art. 10º - Assinar o Termo de Compromisso ao ingressar nas atividades de monitoria e, em caso de desistência, justificar-se junto ao professor e à Coordenação do Curso;

Art. 11º - Ter frequência integral nas atividades de monitoria;

Art. 12º - Apresentar Relatório Final das atividades de monitoria acadêmica ao término do semestre;

Art. 13º - É vedado ao monitor ministrar aulas, substituir o professor supervisor, aplicar verificações de aprendizagem, assumir tarefas ou obrigações próprias e exclusivas de professores e funcionários ou desenvolver atividades de monitoria em mais de uma disciplina no mesmo semestre.

Capítulo IV

Dos Direitos do Monitor Acadêmico

Art. 14º - O remanejamento de horário de monitoria, em virtude de provas e de apresentação de trabalhos, desde que previamente acordado com o professor-orientador;

Art. 15º - Anotação de exercício de monitoria no histórico escolar, caso tenha exercido suas atividades pelo menos por 1 (um) período letivo e tenha frequência devidamente atestada.

Capítulo V

Das Funções do Professor Supervisor

Art. 16º - A cada disciplina que fizer parte do Programa de Monitoria Acadêmica corresponderá um professor supervisor. Cabe ao professor supervisor:

- 1- Elaborar cronograma de atividades a serem exercidas pelo monitor;
- 2- Cumprir e fazer cumprir as normas do Programa;
- 3- Atestar mensalmente a frequência do monitor dentro do prazo definido;
- 4- Elaborar relatório sobre as atividades e desempenho do monitor ao final de cada semestre, avaliando o cumprimento do Plano de Atividades de Monitoria.

Capítulo VI

Da Inscrição

Art. 17º - A inscrição no Programa de Monitoria se dará por meio de apresentação de projeto, em consonância com o plano de curso e os objetivos do Programa de Monitoria, pelo professor responsável pela disciplina ou conjunto de disciplinas, ao Departamento ao qual se vincula a disciplina ou conjunto de disciplinas.

Capítulo VII

Inscrição e Seleção

Art. 18º - Na distribuição das vagas de monitoria deverão ser considerados os seguintes parâmetros, cumulativamente:

- 1- O projeto apresentado pelo professor;
- 2- O número de alunos matriculados na disciplina;
- 3- O número de turmas da disciplina;
- 4- As especificidades da disciplina;
- 5- O plano de curso da disciplina;
- 6- A correta relação entre o número de monitores bolsistas solicitados, o tipo de metodologia empregada e as condições objetivas acima recomendadas;
- 7- A exata proporcionalidade entre monitores bolsistas e monitores voluntários.

Art. 19º - Poderá se habilitar ao programa de monitoria o aluno:

- 1- Aprovado na disciplina ou conjunto de disciplinas para as quais se pretende a participação no Programa;
- 2- Não tenha anteriormente abandonado a função de monitor, sem justificativa;
- 3- Não tenha cumprido ou esteja cumprindo penalidade disciplinar;
- 4- Aprovado em processo seletivo;
- 5- Com disponibilidade de horário para o cumprimento das tarefas previstas no programa de monitoria;
- 6- Que tenham tido rendimento satisfatório nas disciplinas já cursadas.

Parágrafo único: O aluno que participar do Programa de Monitoria, na condição de voluntário, poderá exercer outra atividade remunerada ou não, vinculada à Pesquisa ou Extensão.

Capítulo VIII **Dos procedimentos para seleção**

Art. 20º - Os professores interessados em participar da seleção para monitoria deverão enviar projeto justificando a necessidade de monitor na disciplina.

Capítulo IX **Da certificação**

Art. 21º - O monitor receberá certificado de participação no Programa de Monitoria quando do seu desligamento ou término das atividades semestrais, se tiver cumprido ao menos 75% da carga horária total do Plano de Monitoria;

Art. 22º - Após proceder à análise do Relatório Final, o professor supervisor encaminhará o documento, juntamente com a ficha de avaliação do monitor acadêmico ao Coordenador de Curso para aprovação e certificação;

Art. 23º - O Coordenador de Curso enviará ao Coordenador de Educação Superior a listagem dos monitores acadêmicos aprovados para que sejam tomadas as providências quanto à expedição e registro dos certificados junto à Secretaria das Coordenações.

Art. 24º – Este Regulamento entrará em vigor após aprovação do Colegiado de curso do Serviço Social.